



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA

**TECENDO MEMÓRIAS, FAZENDO HISTÓRIAS: TRABALHO FEMININO EM
PICUÍ - PB (1937 – 1950)**

**CAMPINA GRANDE
2019**

MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA

**TECENDO MEMÓRIAS, FAZENDO HISTÓRIAS: TRABALHO FEMININO EM
PICUÍ – PB (1937 – 1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: Gênero, sexualidade e corpo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano.

**Campina Grande
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732t Lima, Maria Artenisia da Costa.
Tecendo memórias, fazendo histórias: trabalho feminino em Picuí - PB (1937-1950) [manuscrito] / Maria Artenisia da Costa Lima. - 2019.
69 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano, Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Mulher - Mercado de trabalho. 2. Condição social. 3. Memória feminina. 4. História da Paraíba. I. Título
21. ed. CDD 907.2

MARIA ARTENISIA DA COSTA LIMA

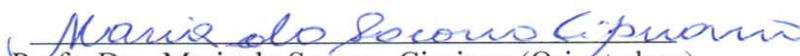
TECENDO MEMÓRIAS, FAZENDO HISTÓRIAS: TRABALHO FEMININO EM PICUÍ -
PB (1937-1950).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

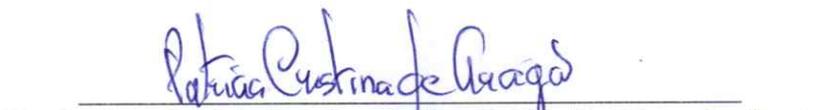
Área de concentração: Gênero, sexualidade e corpo.

Aprovada em: 04/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Profª. Dra. Maria do Socorro Cipriano (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Dra. Hilmaria Xavier Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às muitas Marias, mulheres memoráveis,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Assis Mario e Vera Lúcia pelos ensinamentos, por todo amor e apoio incondicional, pela dedicação perante a minha educação, vocês que são a minha base e muito os devo por essa conquista. Agradeço a minha irmã Ana Livia por todo carinho e apoio, e aos demais familiares que de forma direta ou indiretamente me apoiaram até aqui.

A Socorro Cipriano, minha orientadora, pelo carinho que me acolheu como orientanda, pela dedicação ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, por ser uma professora que me encanta e que fez meus olhos brilharem no decorrer das aulas. És uma inspiração que levarei comigo sempre.

Agradeço aos demais professores do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba que contribuíram com a minha formação, em especial a Hilmaria Xavier e a Patrícia Aragão por terem aceitado o convite de participação da banca, professoras que contribuíram significativamente com a minha formação através das discussões proveitosas no decorrer do curso.

Aos meus colegas de curso pela amizade e companheirismo ao longo dessa etapa, em especial a Letícia e a Jessica Kaline, pela cumplicidade no decorrer da graduação, das aulas, dos trabalhos, das atividades em campo, agradeço por todo apoio e amizade significativa.

A Kamylla por todo apoio, amizade e pela prestatividade que teve ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, por todas as conversas e trocas de conhecimento significativas.

Agradecendo a Deus, autor da minha vida e que me guiou até aqui, me permitindo passar por essa experiência, por ter colocado pessoas especiais ao longo dessa trajetória, por realizar tudo da sua perfeita maneira.

*“Eu sou a dureza desses morros
revestidos,
enflorados,
lascados a machado,
lanhados, lacerados.
Queimados pelo fogo
Pastados.
Calcinados
e renascidos.”*

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo abordar a condição das mulheres pobres no mercado de trabalho subalterno na cidade de Picuí entre as décadas de 1937 a 1950, visando problematizar o contexto social e a rotina de trabalho das mulheres, em relação à rede de vigilância que recaía sobre as mesmas, assim como as suas práticas cotidianas femininas que possibilitaram a sobrevivência destas e de suas famílias. Abordamos os tipos de trabalhos exercidos pelas mulheres pobres, como se configurava o ambiente de trabalho, as perspectivas que elas tinham sobre o trabalho que realizavam, à medida que as mulheres adentravam ao mercado de trabalho e as novas sociabilidades que construíram. Para tecer esse fio fazemos o uso da memória através de trabalho biográfico e fotografias, da historiografia relativa ao tema, tendo como aporte teórico as contribuições de Michel de Certeau, Michelle Perrot, Margareth Rago, entre outros teóricos pertinentes ao tema. Como veremos, as práticas femininas não se reduzem a comportamentos modelados pela rede de vigilância e pelos métodos de disciplina que recaíam sobre os seus corpos, valorizamos nessa pesquisa as artes fazer das mulheres trabalhadoras, apontando como suas criatividades cotidianas possibilitaram outras experiências face os limites impostos pelos preconceitos socioculturais da época.

Palavras-Chave: Mulher trabalhadora. Memória feminina. Picuí.

ABSTRACT

This paper aims to address the condition of poor women in the subaltern labor market in the city of Picuí between the decades of 1937 to 1950, aiming to problematize the social context and the work routine of women, in relation to the surveillance network that falls about them, as well as their daily feminine practices that enabled the survival of these and their families. We address the types of work that poor women perform, how their work environment was shaped, their perspectives on the work they did as women entered the labor market, and the new sociability they built. To weave this thread we make use of memory through biographical work and photographs, historiography on the subject, having as theoretical contribution the contributions of Michel de Certeau, Michelle Perrot, Margareth Rago, among other relevant theorists. As we will see, female practices are not reduced to behaviors modeled by the surveillance network and the methods of discipline that fall on their bodies, we value in this research the arts make women workers, pointing out how their daily creativities made possible other experiences in the face of the limits imposed. by the sociocultural prejudices of the time.

Keywords: Working Woman. Female memory. Picuí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa geográfico de Picuí.....	12
Figura 2 – Enfermeiras da Santa Casa de Picuí.....	36
Figura 3 – Trabalho no Campo.....	44
Figura 4 – Passeio de mulheres em Picuí.....	52
Figura 5 – Mulheres na Igreja Católica de Picuí.....	54
Figura 6 – Banhos de Açude.....	58
Figura 7 – Desfile Cívico.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO TRABALHO FEMININO.	17
CAPÍTULO 2. MULHERES EM AÇÃO: O TRABALHO FEMININO EM PICUÍ	32
2.1. O Recordar: Entre Memórias, esquecimentos e silêncios.	32
2.2. O trabalho das mulheres	35
CAPÍTULO 3. LAZER: ENTRE O RISCO E A LIBERDADE.....	46
3.1. As práticas de lazer dos trabalhadores.....	46
3.2. A vigilância sobre o lazer das mulheres	47
3.3. O lazer das mulheres.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
FONTES	64
REFERÊNCIAS	65
ANEXO A – PERFIL.....	69

INTRODUÇÃO

*É o meu terrão natal
Aonde gozei minha infância
Jamais esquecerei este
Berço de esperança
Os tempos de meninice
Trago sempre na lembrança.*

Maria Áurea de Araújo Ferreira

O trecho acima faz parte do poema *Raízes do Passado*¹ da poetisa da cidade de Picuí, sua poesia remete a algum tempo dos idos do começo do século passado, quando a cidade de Picuí ainda era uma cidade bem pequenina, como muitas outras do interior da Paraíba. Contando no período que escreveu a poesia com 71 anos e hoje com a idade de 94 anos, ela acompanhou as transformações pelas quais a cidade passou até hoje. As memórias da cidade se confundem com as de sua própria vida, com as narrativas do árduo trabalho feminino. Trabalho este que é invisível na sociedade e também ainda pouco trabalhado pela historiografia.

É sobre as atividades do trabalho subalterno e as formas de sociabilidade desenvolvidas pelas mulheres que trata esta pesquisa, tendo como recorte espacial a cidade de Picuí, entre 1937 e 1950, período que coincide com as memórias de Maria Áurea que serão abordados nesse trabalho para que possamos permear pela temática. Nesse período Picuí ainda não havia passado pelo processo industrial e modernizador, como outras cidades da Paraíba, embora no período tratado a cidade já contasse com a organização de muitas ruas, e de um comércio produtivo.

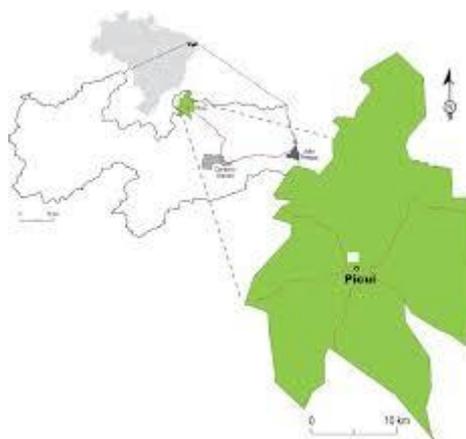
A cidade de Picuí, interior da Paraíba, está localizada na região centro-norte do estado da Paraíba, mesorregião Borborema e microrregião Seridó Oriental Paraibano. A cidade se encontra a distância de 244,10 Km da capital João Pessoa. A cidade é conhecida como a capital da carne de sol, pela sua riqueza em minérios –o que estimasse que foi bastante relevante nas negociações do Brasil com os EUA no período da Segunda Guerra Mundial –, pela produção do algodão e do agave, que por muito tempo foram os principais produtos agrícolas da região. A cidade também conhecida por ser a terra do professor/doutor Felipe

¹É um dos poemas da poetisa picuiense Maria Áurea de Araújo Ferreira, que me foi oferecido pela mesma no processo de pesquisa do trabalho, a poesia foi escrita para um concurso de poesia regional.

Tiago Gomes, um personagem bastante reconhecido na cidade por promover uma educação mais acessível ao povo².

Na região em que foi caracterizada a cidade de Picuí, algumas fazendas são instaladas ainda no século XVIII³. Mas a fundação do povoado ocorreu no século seguinte, quando uma epidemia de cólera se alastrou causando um grande número de mortos, os habitantes da região como uma forma de amenizar o surto fez uma promessa ao santo católico São Sebastião – santo que representa o combate contra a fome, a peste e auxilia na guerra – em troca seria oferecido à construção de uma capela ao santo, após a realização da promessa os moradores notam que o surto amenizou e fora construída a capela, constituindo a freguesia de São Sebastião e o povoado que a priori recebe o nome do santo e, posteriormente é chamada de Pucuhy – nome de um pássaro bastante visível na região –, em seguida Picuhy e com a reforma ortográfica de Picuí.

Figura 1 – Mapa geográfico de Picuí



² Felipe Tiago Gomes fundou a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC) no ano de 1943, se trata de uma rede de ensino brasileira, que tinha a proposta de levar o ensino público aos locais que não dispunha desta modalidade de ensino, para tornar a educação mais acessível as pessoas de poucos recursos financeiros. Foram fundadas escolas da CENEC (são chamadas de escolas cenecistas) em várias regiões do Brasil incluído Picuí, foi também através das ações de Felipe Tiago Gomes que foi fundada a primeira rádio da cidade chamada de rádio Cenecista, o que era no período um símbolo do moderno, bem como a constituição de um bairro que recebeu o nome de Bairro Cenecista. Através das ações em pró de uma educação acessível aos pobres Felipe Tiago Gomes se transformou em um personagem memorável de Picuí.

³As primeiras incursões para a habitação da cidade de Picuí ocorreram entre 1704 e 1706, em que foram implementadas algumas fazendas de gado. A cidade de Picuí é fundada de fato após uma epidemia de cólera – morbo que ocorreu na região no ano de 1856. Essa epidemia foi um dos grandes flagelos do século XIX, deixando entre 10 a 40% de mortos entre os infectados, originária da Índia e se alastrou por todo o Ocidente. A doença chegou ao Brasil Imperial e se alastrou na Província da Parahyba.

Fonte: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1935/1003>.

Percebemos através de produções de memorialistas e de poesias sobre a cidade um romantismo e saudosismo destes em relação à fisionomia de Picuí em seus primeiros anos. Um saudosismo que remete ao verde dos coqueirais, das águas, esta fisionomia da cidade antiga que os seus habitantes tinham orgulho, que foi acabando à medida que a cidade perdia seus traços essencialmente rural. Da mata, os moradores se utilizavam galhos e madeiras para construir a suas moradas e acessórios domésticos; faziam banheiro com folhas de coqueirais.

Muitas pessoas, atraídas pela beleza panorâmica, que empolgava a vista, e pela exuberância dos campos verdes e férteis, que proporcionavam ar puro e saudável, vinham para aqui repousar, refazendo-se de suas energias. Com a marcha do tempo vieram o progresso e a civilização, achando –se, hoje, tudo modificado, inclusive o próprio clima da região. (OLIVEIRA, 1981, p.15)

Embora, localizada no interior da Paraíba e não ter passado pelo processo de industrialização nos anos de 1937 e 1950 como ocorreu com as cidades de Campina Grande e João Pessoa, existia um grupo que compunha a elite econômica local, que era em sua maioria fazendeiros e os grandes proprietários de terra, em uma sociedade que em sua maior parte corresponde ao mundo rural. Portanto, além dessa pequena elite, a maioria das pessoas menos abastadas se dedicava aos trabalhos rurais ou a pequenos comércios.

A inspiração da pesquisa nasce pelo desejo de estudar o cotidiano das chamadas “mulheres do povo”, que viveram e sobreviveram em meio às condições que a vida impôs, forjaram a sua existência, muitas vezes indo contra aos aspectos naturais que lhes eram esperados. O curta-metragem intitulado *Vida Maria*, escrito e dirigido por Márcio Ramos, lançado em 2006, retrata o sertão do nordeste brasileiro e conta a história de três gerações de mulheres da mesma família, que possuíram vidas cíclicas: a avó, a mãe e a filha. Narra a história de mulheres que não tiveram acesso à educação e a principal tarefa delas era o trabalho, o trabalho de servir desde a infância, não deixando a elas o poder de escolha sobre a direção de suas vidas, pois, seus destinos aparentemente já teriam sido traçados. Quantas mulheres do Nordeste brasileiro, assim como as personagens do filme, tiveram vidas cíclicas? São destas mulheres que este trabalho trata, de muitas outras Marias.

As mulheres pobres desde a infância precisavam oferecer a sua mão de obra para poder sobreviver e aumentar os recursos financeiros da família. Apesar da mão de obra feminina ser visto por muito tempo como algo subalterno, apenas de auxílio ao trabalho

masculino, estas mulheres forjaram o seu espaço no mundo do trabalho, como uma forma de ampliar suas tarefas e recursos financeiros, os trabalhos mais comuns eram tarefas domésticas como engomadeiras, lavadeiras, mas também doceiras, floristas, etc. Muitas mulheres do campo também prestavam serviços, que são caracterizados socialmente como “trabalhos de homens” como capinar e carregar sacos pesados.

Para melhor situar o contexto histórico referente ao período da pesquisa, faremos uma análise a respeito das décadas de 1937 e 1950, quando o modelo de família burguesa era pensado como uma forma de organização e de controle social, embora sendo o modelo de família ideal a ser seguido também pelas camadas populares, na maioria dos casos estes grupos não conseguiam seguir o modelo vigente, uma vez que a estrutura da família popular possui inúmeras ramificações, devido as próprias situações econômicas e sociais. (FONSECA, 2008). A estrutura de uma família, na qual apenas o homem trabalha não era eficaz para as camadas populares, em que por uma questão de sobrevivência, as mulheres e crianças também precisavam contribuir financeiramente nas despesas domésticas.

A mulher pobre deveria trabalhar desde a infância, como um critério de sobrevivência dentro de uma organização social e familiar que lhe exigia a mão de obra, mas que também lhe exigia comportamentos adequados ao seu gênero. Diante de um cenário social organizado através das funções e de divisão do trabalho e caracterizado pelas diferenças atribuídas aos gêneros, a nossa pesquisa indagará sobre a seguinte questão: *como as mulheres adentravam o mundo do trabalho na cidade de Picuí e que novas sociabilidades elas constroem?*

Para analisar a organização familiar e as nuances do trabalho feminino na cidade de Picuí, utilizarei como fonte o livro de memória *História de Vida de Henrique de Araújo Costa*, escrito por Maria Áurea de Araújo Ferreira, o livro de gênero biográfico se trata das memórias da autora de sua infância e do período em que morou com o seu tio Henrique, por ocasião de morte de sua mãe, o tio a quem Maria Áurea tem profunda gratidão e admiração por ter lhe dado assistência em um momento difícil da sua vida. Maria Áurea passa a morar na casa do seu tio com o intuito de ajudar no trabalho doméstico e a cuidar dos seus primos, em troca o seu tio lhe dava moradia, alimentação, vestes, educação e cuidados paternos. Esta fonte caracterizada como biográfica, é relevante para os estudos sobre as mulheres, a qual tivemos êxito em ter acesso a esse livro, tendo em vista o pouco acesso a escrita destas mulheres.

No período da pesquisa em que buscávamos fontes que nos permitisse entrar em contato com o nosso objeto de estudo nos deparamos com uma ligeira referência ao livro escrito por Maria Áurea no livro de memória *Picuí do Seridó século xx* escrito pela jornalista

Fabiana de Fátima Medeiros Agra. O livro de Agra, que tem o objetivo de escrever uma memória geral da cidade, informa em uma passagem breve que Maria Áurea em sua biografia escreve sobre as dificuldades de realizar as tarefas domésticas no período em que a cidade de Picuí ainda não fornecia energia elétrica.

Ao recebermos essa informação buscamos adquirir o livro escrito por Maria Áurea, apesar de se tratar da narração da vida de um homem considerado importante para a cidade, buscamos o livro quando percebemos que ele também nos possibilitaria entrar em contato com as memórias de Maria Áurea, esta que é o objeto da nossa pesquisa. No entanto, recebemos a notícia de que o livro já havia esgotado por ter sido publicado poucos exemplares. Procuramos manter contato com a família da autora como uma tentativa de ter acesso a obra, ao conversarmos com uma das filhas da autora nos foi fornecido o endereço de Maria Áurea, que com alegria e orgulho nos possibilitou o acesso de sua escrita.

O objetivo da narrativa de Maria Áurea é retratar a vida do seu tio, porém dedica uma parte do livro para relatar memórias da sua vida, no decorrer do livro percebemos que a sua vida está entrelaçada com a vida do seu tio Henrique de Araújo Costa, pois morou por muito tempo com ele, são destas memórias que essa pesquisa se apropriara, embora Maria Áurea tenha continuado a trabalhar após o período que narra em seu livro. A biografia conta com uma escrita que privilegia a trajetória de vida do tio da autora até a sua morte, nos apropriamos das memórias de Maria Áurea referentes ao recorte temporal proposto pela pesquisa, quando temos acesso direto às memórias de vida da autora.

Henrique de Araújo Costa, o tio da nossa personagem principal, é o membro de uma das primeiras famílias a povoar a região, atuou na política da cidade, possuía grandes propriedades rurais, e era dono de uma loja de tecido, se trata de um personagem bastante conhecido na cidade, que morre no ano 2000, posteriormente Maria Áurea publica a sua narrativa que tem o objetivo de retratar os bem feitos do tio, mas analisar esses feitos não é o objetivo desse trabalho.

Maria Áurea é uma mulher branca, no período em que escreveu a biografia do seu tio estava com 86 anos de idade, nascida em Picuí, em uma família pobre passa a depender da solidariedade dos seus familiares para ter uma moradia quando a sua mãe morre e por sofrer maus tratos da madrasta. Antes de morar com o tio trabalhava na roça, auxiliou nas atividades domésticas na casa do seu tio na infância e juventude, quando casada se tornou costureira. No período que morou com o seu tio Maria Áurea pode ter acesso a privilégios que outras mulheres que compartilhava o mesmo contexto social que Maria Áurea não tiveram, como o acesso a educação básica, a aprender a ler e a escrever. Privilégio este, que nos

possibilitou ter acesso direto a memória feminina sobre o contexto social em que está inserida, no decorrer desta pesquisa.

Hoje Maria Áurea tem 94 anos de idade, é uma senhora gentil e receptiva, que segue o seu sonho de ser escritora narrando as suas memórias e escrevendo poesias sobre a cidade em que morou por toda a vida e para amigos, sonho que possivelmente não pode realizar em outros momentos da sua vida pela sua condição social e de gênero.

A história de Maria Áurea representa aqui as muitas outras mulheres pertencentes à camada popular, que vivenciaram a necessidade de trabalhar fora de casa, cujas vidas são muito relevantes para a construção deste trabalho, pela dificuldade de fontes que dizem respeito à memória feminina, que em sua maioria está atrelada a objetos pessoais e a documentos não oficiais. Porém, através de fragmentos de seus rastros o acesso à memória, a vida e as práticas destas mulheres ganha visibilidade neste trabalho, considerando que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1924)

As escritas de Maria Áurea explicitam esse desejo de inscrição na história. Assim, sem querer tomar sua memória como retrato do real, sua narrativa representa aqui os fragmentos de outras histórias femininas que perturbam a história no presente. Recorreremos ao seu livro para percorrermos o fio da memória desde sua infância: suas lembranças e sentimentos, diante do imaginário o qual pertence desde os anos finais da década de 30. Buscaremos fazer uma análise das memórias de Maria Áurea de Araújo Ferreira, também da sua poesia intitulada *Raízes do Passado* escrita em 1996 quando passou a seguir o seu sonho em ser poetisa e escritora, e de fotografias para historicizar as questões relativas ao trabalho, e de cunho familiar e social.

Ao discutir o silêncio sobre a mulher no campo de produção histórica, Michelle Perrot (2019) mostra como o conceito de *mulher* que conhecemos se trata de um conceito imaginado pelos homens, um conceito coletivo presente nas poesias, nos jornais, nos processos judiciais que formulam a imagem feminina. As mulheres são silenciadas, portanto, buscamos utilizar a voz de uma mulher a respeito dos fatos, pertencente à realidade da qual estava inserida, como ela narra a si mesma e sobre as suas visões e perspectivas de mundo.

Podemos nos perguntar sobre a maneira pela qual as mulheres viam e viviam suas imagens, se as aceitavam ou as recusavam, se se aproveitavam delas ou as amaldiçoavam, se as subvertiam ou se eram submissas. Para elas, a imagem é, antes de mais nada, uma tirania, porque as põe em confronto com o ideal físico ou de indumentária a qual devem se conformar. Mas também é

uma celebração, fonte possível de prazeres, de jogos sutis. (PERROT, 2019, p. 25)

As fotografias foram bastante utilizadas nesta pesquisa, especialmente para ampliar as imagens sobre o feminino. Para usar a fotografia como fonte histórica nos apoiamos em alguns referências como Boris Kossoy e Ana Maria Mauad. Nos apropriamos das fotografias com o propósito de encontrarmos fragmentos, indícios do passado e não buscar o real ou a verdade.

A nossa pesquisa é formulada através das perspectivas da Nova História Cultural, que ampliou os objetos e abordagens da história. Para a realização desta pesquisa será utilizado como apoio teórico às contribuições de Michel de Certeau e a historiografia pertinente ao tema, estando ciente das estruturas de poder que cerne os corpos, nesse trabalho valorizamos as táticas e estratégias dos agentes subalternos. Entendemos a cidade como lócus de vivências e de sociabilidades.

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 2007, p.41)

Uma vez que o intuito desse trabalho é abordar o trabalho feminino na cidade de Picuí, este texto será organizada da seguinte forma: no **primeiro capítulo** - uma problematização da historiografia referente ao trabalho feminino; o **segundo capítulo** irá constar uma discussão sobre realidade da mulher pobre nos anos de 1940-1950 e a questão do trabalho feminino, e o **terceiro capítulo** será referente as formas de lazer das mulheres e trabalhadoras.

CAPÍTULO 1. PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO TRABALHO FEMININO.

“Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História”

Michelle Perrot

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a abordagem do trabalho feminino feito pela historiografia pertinente ao tema do trabalho feminino e também uma breve abordagem da inserção das mulheres e das relações de gênero enquanto objeto de análise histórico. Historiografia esta, que é utilizada como fio condutor para a produção deste trabalho, que busca trazer narrativas das memórias de trabalhadoras da cidade de Picuí. Se trata de trabalhadoras que atuavam em áreas diferentes. Portanto, abordaremos o trabalho feminino sob perspectiva da historiografia.

No âmbito da produção historiográfica local, se trata de uma historiografia escassa, talvez pelo fato da divisão do trabalho ter relegado a mulher o espaço privado, estiveram por muito tempo confinadas no espaço doméstico, realizando um trabalho invisível, que muitos não consideram se quer trabalho. Deparamos-nos com uma lacuna no que diz respeito à historiografia sobre trabalho na cidade de Picuí, onde não encontramos nenhuma pesquisa nesse viés, dessa forma dialogamos com a demais historiografia paraibana e brasileira.

A questão, é que as mulheres populares sempre trabalharam, no espaço doméstico ou fora dele, muitas mulheres precisaram trabalhar desde cedo no espaço público. Através dos estudos das relações de gênero podemos indagar sobre o trabalho feminino, que em sua maioria corresponde a uma dupla jornada de trabalho. Embora, o trabalho, tenha sido objeto de estudo de muitos trabalhos historiográficos, por se tratar de uma das categorias fundante de uma sociedade capitalista, o trabalho feminino é ainda pouco abordado pela historiografia paraibana.

A abordagem das mulheres na História ocorre apenas a partir de 1980, com o acontecimento da Terceira Geração dos Annales, evento chamado por Peter Burke de “A Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE, 1992) quando Marc Bloch e Lucien Febvre chamam a atenção dos historiadores para que ampliassem o seu arsenal metodológico, havendo uma verdadeira revolução das formas de abordagem da história, que seria envolvida por outros campos do saber, rompendo com a história positivista. Este evento amplia os materiais utilizados pelos historiadores para a construção da narrativa historiográfica, como a utilização da literatura, de biografias, da fonte oral, das fotografias, etc. A história passou a

dialogar com outras áreas do conhecimento como a psicanálise, a antropologia e a sociologia, por exemplo. Dessa forma, desde 1980 a historiografia passou a abordar o passado com novas tendências com a Nova História Cultural, onde temas antes negligenciados ganharam espaço, bem como as relações de gênero e a história das cidades.

A inclusão das mulheres enquanto objeto de estudo pela historiografia, também se trata de uma conquista feminista. “Virgínia Woolf no período de efervescência da luta pelo direito do voto feminino, já declarava que considerava a história incompleta, por não considerar as vivências femininas como dignas de historicidade.” (GONÇALVES, 2015). Portanto, as considerações acerca das relações de gênero, que constroem redes de vivências e comportamentos sociais passaram a ser considerados pelos historiadores relevantes.

A inserção das mulheres enquanto personagens históricas pela historiografia além das mobilizações feministas se devem também a crescente participação das mulheres nos espaços públicos. As relações de gênero se mostraram relevantes para a análise histórica, uma vez que a construção social dos gêneros evidencia que os sentidos atribuídos aos corpos são diferentes em diferentes contextos históricos e, é uma das bases da organização social. Assim, para algumas autoras a história positivista era considerada incompleta pela exclusão das mulheres, bem como era incompleta pela exclusão dos demais grupos subalternos que estavam alheios a história.

Surge à categoria de *História das mulheres* nos anos de 1960 na Grã Bretanha e nos Estados Unidos, anos de transformações na ciência e na política, de efervescência do Movimento Feminista, a autora Simone de Beauvoir⁴ passa a ganhar notoriedade, com as suas reflexões a respeito da existência feminina. A iniciativa de colocar a mulher enquanto objeto de análise histórica manifesta-se a partir da inquietação de pesquisadoras, que tem como uma das principais representantes a Michelle Perrot, que atenta para o silêncio das mulheres na história, pois não se falava nelas, não eram consideradas portadoras de historicidade, há de fato uma lacuna no que diz respeito às mulheres. Perrot, é autora de livros como *Minha história das Mulheres*, e de *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, é uma das organizadoras do clássico livro *História das mulheres no Ocidente*. Como uma tentativa de suprir a lacuna existente sobre as mulheres na historiografia, surge vários trabalhos sobre história das mulheres desde esse momento.

⁴Simone de Beauvoir foi uma filósofa existencialista francesa, que ganhou notoriedade ao refletir sobre a existência feminina, bem como a construção social do ser feminino, é autora da obra clássica intitulada *O Segundo Sexo* (1949) e da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. (PERROT, 2019, p.16)

Nesta passagem da Perrot, aponta como a principal causa do silêncio das mulheres pela historiografia o fato de não estarem inseridas no espaço público, são invisibilizadas ou hostilizadas socialmente, e a sua presença causa medo nos espaços públicos, sabemos que recaí sobre a mulher estigmas místicos de causadoras de todo o mal, também estigmas sociais, é a mulher que em muitos casos são apontadas como aquela que pode trazer a desgraça a uma família, a um espaço.

A categoria de *História das Mulheres* foi de fato uma guinada para inserir a mulher no campo historiográfico, embora a Perrot afirmando que é uma história ainda a se fazer, surge no campo historiográfico a categoria de Gênero, sob a influência pós-estruturalista que visa desconstruir a visão binária das relações sociais. A publicação de *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica* de autoria da renomada historiadora norte-americana Joan Scott, publicado originalmente em 1986 marca essa transformação na historiografia, como explica a autora a categoria de gênero surge a partir:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. (SCOTT, 1995, p. 3)

Portanto, a categoria de gênero, surge como uma reação a crença de que o conceito de feminilidade e de masculinidade são fatores apenas biológicos, o termo gênero se remete aos comportamentos aprendidos culturalmente, para que as pessoas exerçam papéis sociais que é atribuído ao seu gênero com base no sexo biológico. Os estudos de gênero, surgem também como uma forma de inserir a mulher na história mais tradicional, que apenas os homens eram apontados como personagens históricos e, pela necessidade de construir uma narrativa histórica em que a mulher não aparecem apenas como vítimas ou rebeldes, pois as mulheres em todos os espaços e tempos forjam as suas vivências e a sua história.

Logo, o estudo da Joan Scott se mostra significativo, uma vez que os estudos de gênero eram realizados de forma descritiva sem atribuir uma causa, Scott inova ao apontar que as relações sociais de gênero, são também relações de poder, e que não se trata de um

poder unificado, mas de um poder que se manifesta em uma forma de rede, dispersos. De forma que o gênero é uma peça que define as relações sociais, nas quais uma forma de poder se faz presente.

As relações de gênero ao longo da história foram delineadas por uma relação de hierarquia entre o masculino e o feminino, o que resulta na tradição de representação feminina com base na imaginação masculina, e não na representação feminina com base em sua existência. Dessa forma, pensadores como Platão e Aristóteles caracterizaram a desigualdade da mulher como um fator natural, onde assim como os escravos a função da mulher seria a de servir, e por muito tempo estudos científicos traçaram abordagens com a perspectiva de que “anatomia é destino”⁵.

Para alguns historiadores das mulheres, Michelle Perrot entre eles, a introdução da categoria gênero colocaria em segundo plano o sexo biológico ao incluir a idéia de que as diferenças entre os sexos seriam uma construção cultural. Evidência do peso da cultura na definição dessas diferenças é o fato de que o fenômeno que depreendia as mulheres como extensão ou resultado da conformação do corpo, de sua fisiologia, podia ser datado e resultava de práticas das chamadas Ciências Naturais e da Medicina, a partir do século XVIII, afirmavam a existência de uma feminilidade natural. (GONÇALVES, 2015, p. 74)

As relações de gênero têm se demonstrado bastante relevante para a história, quanto às relações de etnia e de classe, e também demonstrou a necessidade de que as questões de gênero devem ser abordadas a partir de um caráter relacional dos gêneros e no interior deles, ao se relacionar o gênero, com os espaços, o tempo, as classes, a etnia, etc.

Com a inserção das mulheres a historiografia também se demonstrou necessário a ampliação das fontes, categorias e métodos utilizados pelos historiadores, já que as mulheres não estavam presentes no material tradicionalmente utilizados pelos historiadores. Por tanto com o advento da Escola dos Annales, houve uma ampliação do material utilizado pelo historiador em suas pesquisas, beneficiando a abordagem das mulheres na história, onde elementos como o diário íntimo, biografias, revistas femininas, a iconografia, a oralidade, entre outros foram incorporados a história.

No século XIX, por exemplo, as escrituras da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – deixam bem poucos registros que digam respeito às mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Quando eles o fazem nas ocasiões em que notam a presença de mulheres em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais batidos. (PERROT, 1989, p. 10)

⁵A frase é pronunciada por Freud em 1912, reforça a sua fama de nutrir preconceitos contra às mulheres, e que havia estimulado mais tarde trabalhos com a mesma perspectiva.

Perrot afirma que as mulheres raramente estão inseridas em arquivos públicos e, quando estão inseridas a sua imagem é atribuída a estereótipos: boa mãe, mãe relapsa, arruaceira, ou mulher da vida, etc. Dessa forma, a ampliação das fontes para a construção de uma historiografia em que a mulher está inserida foi um ponto fundamental. Os arquivos públicos trazem o olhar dos homens, que em sua maioria estão mais preocupados com eles próprios, o olhar masculino sobre as mulheres tende a silenciá-las, principalmente no que diz respeito à vivência individual de uma mulher, os vestígios femininos são apagados, em grande parte por elas próprias, a um pudor no que diz respeito à memória feminina.

Ao organizar a célebre obra *História das mulheres no Ocidente*, os organizadores George Duby e Michelle Perrot admitem deixar uma lacuna no que diz respeito à história das mulheres na América Latina, fator que diz respeito a falta de estudos e produções sobre o tema na região, em relação ao Brasil somente dez anos após o lançamento da obra fora lançado o livro *História das mulheres no Brasil* organizado por Mary Del Priory que reúne os estudos que tinham sido realizados no Brasil.

Os estudos que demonstram o contexto histórico da América Ibérica demonstram, de forma esquemática, que as mulheres da América latina se sentiam mais confortáveis realizando atividades tradicionais atribuídas ao seu gênero em relação às mulheres da Europa, onde as mulheres da América Latina teriam absorvido os ideais do marianismo e, os próprios conceitos machistas na execução de seus interesses.

Essa abordagem relacional sobre o comportamento feminino também esteve presente na historiografia brasileira, sobre o período colonial e imperial, onde semelhanças e diferenças são apontadas em relação às mulheres brancas e as mulheres negras, às questões da diáspora africana, da mestiçagem das raças branca, negra e indígena. Percebemos que a historiografia brasileira tem favorecido esse caráter relacional entre as mulheres, e consequentemente também entre mulheres e homens, fator que favorece a abordagem da categoria de gênero, como aponta a historiadora Andréa Lisly Gonçalves:

como resultado do processo de colonização, as sociedades do Novo Mundo se colocam como objetos mais do que favoráveis às abordagens que buscam enfatizar o caráter relacional, com ênfase nas diferentes culturas, etnias, organizações societárias, fornecendo parâmetros para os estudos voltados para o gênero, temas e perspectivas que foram considerados, com maior ou menor êxito, na expressiva produção historiográfica voltada para os estudos da escravidão no Brasil, com destaque as mulheres que viveram a experiência do cativo e de suas descendentes. (GONÇALVES, 2015, p.80)

Esse caráter relacional da historiografia brasileira se demonstra significativo no sentido de abordar as diferenças sociais e culturais das mulheres no que se refere ao espaço, a região, levando em consideração fatores como a classe e etnias. Trata-se de uma abordagem considerável no que se refere à abordagem do trabalho no campo historiográfico, em que se verifica que a divisão do trabalho leva em consideração as questões de gênero.

Para Guacira Lopes Louro, a constituição de gênero corresponde a uma identidade. Desse modo, estudá-la pode ser uma tarefa complexa já que estas são múltiplas, plurais, impermanentes, já que não existe um sujeito universal que corresponde ao ser mulher, existem várias mulheres que vivem a sua feminilidade de formas diferentes.

A pretensão é, então entender o gênero como constituinte de *identidade* dos sujeitos. E aqui nos vemos frete a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais práticas dos estudos feministas e dos estudos culturais, compreendemos os sujeitos com identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. (LOURO, 1997, p.8)

Na década de 1970, em uma segunda onda dos estudos sobre a mulher, destaca-se a abordagem sobre o trabalho feminino, com ênfase no trabalho fabril. Por volta da década de 1980 ainda sob a temática do trabalho e sob a influência das produções do marxista inglês E.P. Thompson, são consolidados os estudos sobre luta, resistências e reinvenções do cotidiano. São exemplos desta abordagem os trabalhos de Maria Odila Leite, a qual na produção intitulada *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, aborda as estratégias cotidianas para a sobrevivência das escravas em São Paulo; e Margareth Rago, que na obra intitulada *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, aborda os dispositivos de disciplina com ênfase dos efeitos destes dispositivos sob a mulher na primeira República.

Portanto, os estudos sobre a mulher do século XVIII e XIX abordam as temáticas sobre a família, o casamento, a maternidade, a sexualidade, bem como o caráter relacional entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo, o político e o erótico, levam também em consideração o fator demográfico. Já, as produções do século XIX e XX abordam temáticas sobre a educação feminina, a disciplina do corpo feminino, os padrões de comportamento e os códigos de sexualidade.

Posteriormente, surgem trabalhos que abordam o panorama da história das mentalidades, entre as autoras que realizam trabalhos sobre esse ponto de vista temos: Mary Del Priori, Raquel Soihet, Carla Bassanezi Pinsky e Silvia Fávero Arend. Na Paraíba Maria

do Socorro Cipriano, Simone da Silva Costa e Francisca Pereira Araújo, são exemplos de historiadoras que desenvolvem trabalhos sobre história das mulheres na Paraíba e relações de gênero. As discussões do ponto de vista da História Cultural passaram a inserir as mulheres enquanto agentes históricos.

A temática do trabalho foi inserida desde muito cedo nos trabalhos historiográficos, e também nos trabalhos que dizem respeito à história das mulheres e a história de gênero, uma vez que o trabalho é uma categoria fundante de uma sociedade, se trata de uma temática em que é perceptível a divisão do trabalho com base nas diferenças de gênero, mas ainda é perceptível uma lacuna no que corresponde o trabalho feminino. Portanto, correspondente a historiografia francesa, pioneira nos trabalhos sobre história da mulher, em 1988 Michelle Perrot publica o livro *Os excluídos da história*, se trata de um trabalho com enfoque nos operários, mulheres e prisioneiros. A parte II do livro, a autora dedica ao estudo sobre as mulheres, dividindo em três capítulos, intitulados: *As mulheres, o poder, a história; A mulher popular rebelde; A dona-de-casa no espaço parisiense no século XIX*.

No capítulo I, a autora faz uma narrativa a respeito do poder e as mulheres, e os fatores que impossibilitavam em que as mulheres estivessem inseridas. Apresenta uma narrativa, uma espécie de *Gênese* a respeito da visão social das mulheres, como aquela detentora de todo o mal, imagem relacionada à Eva, personagem bíblica ou a mulher enquanto uma potência civilizadora, a responsável pela criação dos filhos e o bem estar familiar.

No capítulo II, aborda os atos cotidianos de estratégias, das mulheres em relação aos poderes disciplinares, as formas de povoação das ruas com o seu trabalho, seja o fabril ou nas lavanderias, espaço que não condiz com a conduta de uma mulher tida como honesta, bem como os motins por alimento e por melhores condições de trabalho. No terceiro capítulo, retrata a divisão dos espaços urbanos através das representações dos gêneros, em que às mulheres fora relegado o espaço doméstico, com enfoque a cidade de Paris.

Ela não tem acesso ao dinheiro, a não ser pelos serviços miúdos que sempre se esforça em fazer caber dentro dos interstícios de tempo que lhe deixa a família: atividades comerciais – venda em bancas ou cestos, à moda camponesa, que persiste apesar de todas as regulamentações, que exigem cada vez mais alvarás e autorizações -, mas ainda mais horas de faxina para fora, lavagem de roupas, trabalhos de costura, tomar conta de crianças, recados e entregas domésticas; a entregadora de pão, figura familiar, é quase sempre uma mulher casada. As mulheres desdobram uma extrema engenhosidade para encontrar nos múltiplos comércios das cidades, onde conhecem todos os cantos, recursos complementares que empregam para completar o orçamento da família ou lhe proporcionar alguns pequenos

prazeres, ou que economizam para os dias difíceis que vêm periodicamente com os meses parados. (PERROT, 1988, p.190)

Em 2006 a mesma autora ao publicar o livro *Minha História das Mulheres*, livro que reúne resultados de pesquisas da autora ao longo de sua carreira, abordando questões referentes ao corpo, a religiosidade, a sexualidade a autora aborda também aspectos do trabalho feminino, as diferentes áreas que as mulheres ofereceram a sua mão de obra, mesmo que o seu trabalho tenha sido desqualificado e, ou invisibilizado. Michelle Perrot faz considerações acerca do trabalho feminino, bem como as suas ações nas cidades.

Agir no espaço público não é fácil para as mulheres. Dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras, as quais me proponho a abordar. Com frequência, apóiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo bem. Foi o que aconteceu nos motins por alimento ou na ação criativa. Tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. (PERROT, 2019, p.146)

A historiadora francesa Michelle Perrot vem abordando em seus trabalhos, os meios pelos quais as mulheres têm se apropriado de uma norma disciplinadora que relega às mulheres apenas o espaço privado. As mulheres, em especial as mulheres do povo, tem povoado as ruas da cidade com o seu trabalho como, lavadeiras, floristas, leiteiras; povoam as ruas, lugar reservado aos homens, em muitas situações se apropriam dos estigmas que são a elas atribuídas para tirar proveito em certas situações. A autora demonstra como as mulheres têm atuado em todos os espaços, a sua maneira.

No campo da historiografia brasileira, Margareth Rago em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, publicado em 1985, traz também a instituição de normas para a organização da família popular, em que à mulher era relegado o espaço do lar, para manter o bem estar de todos os membros da família, prevenir qualquer sinal de doença, ou desvio da norma moral dos seus familiares. A representação da mulher como essencialmente dona de casa, desprovida de uma sexualidade desviante. A autora aborda o fato de que as mulheres populares saírem do espaço privado para o espaço público era algo que manchava a sua honra, e as culpabilizavam, como pecadora por desafiar a ordem natural das coisas, abandonando o cuidado essencial do lar.

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas forma de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual.

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada (RAGO, 1985, p. 62)

A autora aborda ainda as questões ligadas à educação feminina das mulheres mais abastadas voltadas para o casamento e não para exercer uma profissão, e o fato de quando uma mulher exercia uma profissão, eram profissões que se tornaram propícias para as mulheres, em que as características do cuidado e da maternidade eram ressaltadas por meio da profissão, como as professoras do ensino primário, enfermeiras; as de camadas mais pobres eram reservadas profissões como costureira, operária, etc.

Margareth Rago também se dedica a fazer uma análise do trabalho dos operários e das operárias e do movimento de luta trabalhista anarco – sindicalista, mostrando que o direito das operárias não eram colocados em pauta por esses movimentos, a visão social que se tinha dessas trabalhadoras era a de moças ingênuas e desamparadas, e a reafirmação de que o ambiente que deveria ocupar seria o lar, o que era considerado a ordem natural das coisas.

Carla Bassanezi Pinsky tem se dedicado aos estudos sobre a mulher na década de 1950, no texto intitulado *Mulheres dos anos dourados* inserido no livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priori e publicado em 1997, a autora aborda as diferenças dos papéis sociais atribuídas aos gêneros, correspondente a uma moral sexual da sociedade que reforçava o preconceito em relação ao trabalho feminino, embora seja um trabalho que estava se tornando recorrente, mas que era visto apenas como subsidiário em relação ao trabalho do homem. É abordado a educação feminina voltada para o casamento e para a criação dos filhos, marcada por códigos moralizantes e por uma forte vigilância, a conduta das mulheres poderia ser dividida entre a “moça de família” e as “levianas”, estas mulheres deveriam manter uma ignorância no que corresponde a informações acerca da sexualidade.

No âmbito do trabalho cresce a participação das mulheres especialmente no setor de consumo e em profissões que precisavam de uma qualificação como: enfermeiras, médicas, assistentes sociais, professoras, etc. Porém, as mulheres que exerciam estes trabalhos sofriam muitos preconceitos, pois segundo o imaginário da época a função natural das mulheres era a dedicação ao lar. Nesse momento, ocorre também um aumento da escolarização feminina, embora a finalidade profissional não fosse à finalidade da educação feminina. A autora aborda também a organização da família, e as divisões da função do marido e da esposa dentro dessa instituição, em que a maiorias das tarefas eram atribuídas às mulheres, os homens só deveriam ser solicitados para realizar pequenos reparos domésticos.

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiram a masculinidade. A mulher que não conseguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras. (PINSKY, 2008, p.609)

A autora aborda claramente as divisões de papéis na sociedade brasileira dos anos 50, a mulher relegada ao lar o homem ao público, consiste também em uma forma de divisão e hierarquia do trabalho, o homem deveria dispor de um trabalho que lhe proporcionasse o sustento financeiro do lar, as mulheres cuidava do bem estar da casa, realizando o trabalho invisível, o trabalho doméstico. Os papéis sociais são divididos desde a infância, implicado em um discurso que seria a ordem natural das coisas.

Outro ponto bastante pertinente que a autora aborda para entendermos a condição da mulher nos anos 50, como está explicito acima é o medo do encalho. Uma mulher com mais 20 anos sem proposta de casamento, já sofria com o medo de “ficar pra titia”, de não conseguir um bom casamento, já que este era o objetivo central das mulheres, estas sofriam com o medo de não cumprir o destino natural feminino e de se tornar um peso para os seus familiares. Além disso, as mulheres viviam o medo de possíveis aproveitadores de moças ingênuas.

Em *Ser mulher, mãe e pobre* Cláudia Fonseca traz o estudo a cerca da organização da família popular, que em sua maioria não conseguia seguir o padrão familiar instituído pela burguesia, como uma forma de disciplina social, a família popular, em especial a mulher se tornava alvo de estigmas depreciadores a moral da mulher pobre. Cláudia Fonseca aborda como a mulher pobre estava dívida, por ser alvo de códigos morais e também pela necessidade de trabalhar fora do seu lar para poder sobreviver, e também em muitos casos para garantir a sobrevivência dos seus filhos, mesmo com o pequeno salário que recebia pelo seu trabalho a mulher popular precisava trabalhar para ajudar o seu marido com as despesas.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. (FONSECA, 2008, p.517)

Claúdia Fonseca aborda como essas mulheres não eram reconhecidas por serem boas trabalhadoras, pelo contrário precisavam estar vigilantes em sua conduta, para não serem confundidas como prostitutas, uma vez que o assédio sexual era recorrente. Até mesmo às mulheres que trabalhavam em profissões essencialmente femininas, a exemplo às lavadeiras, essas mulheres estavam fadadas a carregar o estigma de “mãe relapsa”, já que a norma social dizia que as mulheres deveriam se ocupar apenas das tarefas do lar, porém, a autora constata que a mulher pobre sempre trabalhou.

Em *Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano*, Rachel Soihet aborda a preocupação com a organização da família, respeitando as leis e “os bons costumes” e também o fato das famílias pobres não seguir a norma implantada sobre a família com respaldo na ciência e o estigma que as mulheres pobres sofriam por não seguir o padrão da família burguesa, aborda questões como a violência doméstica, o “crime passionai”, o adultério masculino como algo natural a ser tolerado pelas mulheres, etc. E as características atribuídas às mulheres eram suficientes para exigir uma submissão ao poder masculino, como uma forma de manter a sua honra de mulher honesta, que vivia para o casamento, já as mulheres que possuíam um forte erotismo e inteligência, eram consideradas prostitutas ou loucas que deveriam ser afastadas do convívio social.

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse dela uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento. (SOIHET, 2008, p. 363)

Rachel Soihet mostra como o poder judicial possui um discurso de disciplina das mulheres do povo, os seus gestos e comportamentos, mostra que as mulheres pobres realizavam trabalhos desvalorizados para a sua sobrevivência; retratando os limites severos que a lei colocava sobre as mulheres, como não sair só, que era algo que não poderia ser cumprindo pelas mulheres populares devido os meios que forjava para sobreviver, além de um forte controle da sexualidade feminina. São abordado em sua produção principalmente os meios de vigilância sobre a conduta feminina, e a violência estrutural e simbólica que as mulheres sofriam.

Na coletânea de trabalhos organizados no livro intitulado *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e publicado em 2012, traz o texto *Trabalho, escola e lazer* de Silvia Fávero Arend. O texto aborda a educação feminina de mulheres mais abastadas: a preocupação com o dote, a dar ordens; e das mulheres mais pobres que desde cedo precisavam aprender o trabalho doméstico a cuidar das crianças, dos animais, auxiliavam na venda de mercadoria, na lavagem de roupa.

É abordada a questão da sexualidade feminina e do culto a virgindade; a entrada do conceito de infância e a preocupação em relação às brincadeiras das meninas, que não poderiam mais subir em árvores, ou que brincassem com algo viesse a machucar e interferir na sua função futura da maternidade, a educação das meninas por sua vez se instituiu enquanto ser delicado, as roupas também contribuía para marcar a diferença das idades, relacionando as diferentes realidades entre mulheres ricas e mulheres pobres.

Apesar de os religiosos católicos buscarem difundir o ideário da castidade, entre essa população era comum que relações sexuais acontecessem no momento em que o corpo das meninas adquiria os primeiros contornos da mocidade. Esses eventos, muitas vezes fugazes, respondiam a desejos e impulsos individuais. Porém, para uma parcela de meninas pobres, a história não se passava desse jeito; eram violentadas pelos seus senhores, patrões, parentes, conhecidos ou estranhos (algumas delas até pelos próprios pais, a despeito do tabu social do incesto). A prole das meninas pobres gerada a partir de relacionamentos considerados ilegítimos (com exceção dos incestuosos) não se constituía em um problema social na época; os bastardos iriam engrossar a fileira de trabalhadores e trabalhadoras necessários para a geração da riqueza do país. (AREND, 2012, p. 68)

Arend aborda também a escolha das mulheres por profissões consideradas femininas, constituindo em uma divisão do trabalho marcada pelas relações de gênero, já as mulheres pobres se dedicavam desde criança a atividades consideradas desqualificadas, algo que o discurso médico e os movimentos operários já se posicionavam contra a mão de obra infantil.

Em *Espaço Feminino No Mercado Produtivo* Maria Izilda Matos e Andrea Borelli, fazem uma abordagem a respeito do trabalho feminino e a inserção das mulheres no mercado produtivo. A autora demonstra que as mulheres realizavam trabalhos que lhes eram atribuídos ao seu gênero como cuidar, fiar e servir. Além de profissões no comércio, povoando as cidades, nas lavagens de roupa, nas lavanderias ou nos rios das cidades. A autora aborda também a dificuldade das mulheres negras em encontrar trabalho, mesmo em ocupações menos qualificadas quando havia a forte presença de imigrantes. É abordado ainda no trabalho, que após a Primeira Guerra, o espaço das mulheres foram relegadas ao lar e o

trabalho feminino fora assimilado a questão da pobreza e, a questão da legislação do direito das trabalhadoras, que as protegia ou as excluía em determinados contextos.

Após o final da Primeira Grande Guerra (1918), ganhou força, por toda a sociedade, a idéia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade. O trabalho feminino passou a encontrar maior oposição por parte de diferentes grupos sociais e instituições, revestida de preocupações morais que se somavam a argumentos religiosos, jurídicos e higienistas. Profissões como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (figurante de teatro, atriz, bailarina, cantora) foram estigmatizadas à “perdição moral” e até à prostituição. (MATOS, BORELLI, 2012, p. 133)

Em *As Mulheres Negras Trabalhadoras em Salvador entre 1888 e 1916*, Meire Lúcia Alves dos Reis publicado em 2019 aborda a questão do trabalho da população negras no período pós abolição dando destaque para o trabalho feminino. No seu estudo Reis relata que devido à economia ainda pouco desenvolvida, a população pobre se inseria nos trabalhos de artesanato ou no comércio pequeno, e que muitas mulheres trabalhadoras tinham que cuidar dos filhos já que era uma tarefa destinada exclusivamente às mulheres, atenta que o trabalho além de ser fundamental para a sobrevivência dessas mulheres, se tratava de uma forma de construir redes de relacionamentos e de solidariedade.

Reis aborda que os corpos das trabalhadoras e também dos trabalhadores, eram relegados a trabalhos subalternos, considerava-se que o corpo negro por ser considerado mais forte seria mais adequado ao trabalho braçal. Os trabalhadores negros e negras seriam desprovidos de um intelecto mais desenvolvido e, que o sistema escravocrata no Brasil, encadeou em um sistema de trabalho baseado na subserviência. Aborda também questões relacionadas ao trabalho infantil, em que as meninas desde cedo trabalhavam como domésticas além de outros trabalhos: “o que não era visto como um problema ou uma inadequação, assim como era normal que crianças fizessem vários trabalhos, foi assim durante a escravidão e, ao que tudo indicava, continuava a ser assim no pós-abolição.” (REIS, 2019).

A sociedade baiana já vivia com a idéia de *infância* enquanto uma fase diferente da vida, mas como a autora afirma as crianças negras e pobres não viviam com essa concepção. O estudo que Meire Lúcia Alves dos Reis é baseado na análise dos corpos: negros, femininos, infantis; no que corresponde à disciplina dos corpos com base no trabalho, em uma sociedade ainda com traços escravistas colocava inúmeros estigmas e métodos de disciplina sobre os corpos, especialmente os corpos femininos e negros.

No estudo *Mulheres, Trabalho e Relações de Gênero no Recife (1922-1926): Conquistas e desafios*, de autoria de Bruno Nery do Nascimento, publicado em 2019 aborda a

questão do trabalho feminino na cidade de Recife no período modernizante que a sociedade recifense passava, trabalhos que precisavam de um curso técnico e profissionalizante foram aberto as mulheres, em que se esperava aumentar o grau de instrução destas, conscientes dos seus corpos e sem desafiar questões como a maternidade, bem como a dificuldade que essas mulheres tinham ao ocupar a esfera pública, é perceptível também uma análise acerca da dupla jornada de trabalho.

Nesse trabalho, o autor utiliza de jornais de época para demonstrar como o trabalho feminino que passava por uma valorização com a chegada da modernidade, embora as mulheres ainda passassem por muitos preconceitos, os jornais e as imagens são usados para analisar como o trabalho feminino era visto socialmente, muitas vezes apenas como uma ocupação antes do casamento.

Em relação à historiografia paraibana de mulheres trabalhadoras, as produções ainda são escassas, apesar de o trabalho ser uma categoria estudada pelos historiadores há muito tempo no que tange o trabalho feminino nos deparamos ainda com uma lacuna. Dessa forma temos como referencial o trabalho intitulado *Tecendo memórias, fazendo histórias: mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande entre 1960 e 1990* de Francisca Pereira Araújo, o trabalho se trata da tese de mestrado da mesma defendido em 2015, o enfoque do trabalho é dado a concepção que as trabalhadoras têxteis tem sobre o trabalho que realizaram, através do depoimento das trabalhadoras.

Discutimos a concepção de trabalho no âmbito da historiografia, mas necessitamos compreender como essa concepção de trabalho é vista pelas operárias e no decorrer do período 1960-1990. No decorrer das entrevistas, percebemos que apesar de algumas não afirmarem isso, para essas mulheres, trabalhar era simplesmente sobreviver, garantir seu sustento e de seus familiares, meio de sobrevivência. (ARAÚJO, 2015, p. 24)

Francisca Pereira Araújo aborda a dificuldade que as trabalhadoras passavam mediante a pobreza, a falta de escolaridade que é uma dificuldade para os mais pobres, tendo que empregar todos os filhos ainda crianças, muitas mulheres que começaram a trabalhar ainda crianças, como uma forma de sobrevivência dos membros da família. É retratado o desgaste do trabalho nas indústrias, as longas horas de trabalho e o pouco salário (salário ainda menor que o dos homens), a falta de equipamento nas indústrias e os vários tipos de abusos dos patrões. Além do discurso moral que relegava a mulher o espaço do lar, o que fazia essas mulheres não ser bem vistas no ambiente de trabalho.

Após essa abordagem sobre a presença de mulheres na historiografia, no detemos no próximo capítulo a abordagem do trabalho feminino na cidade de Picuí, analisando a questão social das mulheres pobres, e os pontos referentes ao trabalho feminino.

CAPÍTULO 2. MULHERES EM AÇÃO: O TRABALHO FEMININO EM PICUÍ

*“Quando Dona Luiza (empregada da casa), via ele mandar eu fazer tudo isto a um só tempo, ela dizia:
- Ah! Seu Henrique, só mesmo Nenê faz isto”*

Maria Áurea de Araújo Ferreira

O presente capítulo tem o objetivo de retratar as memórias de Maria Áurea sobre o trabalho, relacionando com a historiografia referente ao tema, para que possamos chegar a um real possível sobre o trabalho das mulheres em Picuí. Buscamos entender as relações da mulher a partir das considerações sobre a memória de Ecléa Bosi (2012) em que a memória do indivíduo é também o testemunho do seu tempo, dependente da relação com a família e com a classe social, de forma que aquele que lembra acrescenta, corrige e passam a limpo o passado.

2.1. O Recordar: Entre Memórias, esquecimentos e silêncios.

Há um vínculo entre memória e esquecimento, estes são opostos complementares, e indissociáveis, onde estiver presente um sempre estará o outro. Não é possível lembrar de tudo, a memória é cristalizada em cada ser mediante os acontecimentos que lhes são significativos dentro de uma memória comum. Daí se produzem os silêncios intencionais ou não. No que correspondem ao campo da memória, as mulheres são reduzidas as sombras, elas próprias são convencidas de que as suas memórias não são significativas, se calando e destruindo as suas memórias.

O século XIX dividiu a esfera pública referente aos homens e a esfera privada, referentes às mulheres. De forma a memória feminina foi relegada ao espaço privado, estando atrelada a família, a classe, e apenas mais recentemente a instituições como escola, igreja e profissão.

A dificuldade em trabalhar com a memória feminina também se refere ao acesso tardio da escrita das mulheres, principalmente as mulheres populares, até certo tempo acreditava-se que as mulheres não poderiam escrever, pois eram tidas como inferiores e poderiam trazer desordem. A escritura das mulheres ficou relegada ao privado as correspondências familiares, as mulheres autoras por muito tempo tiveram que assinar os seus escritos com nomes

masculinos para que fossem validadas, a maioria dos textos publicados por elas eram tratados de boas maneiras, biografias e romances.

O fato do papel das mulheres na maioria dos casos serem restritos ao cunho de ordem privada e, ou em um lugar de subordinação ao homem, contribuiu significativamente para a ausência de fontes históricas. Como afirma Michelle Perrot, as mulheres deixam poucos registros diretos, devido ao acesso a escrita tardio e, pelo fato de suas produções domésticas serem dispersas, em muitos casos são destruídos por elas mesmas, por os julgar insignificantes ou comprometedores a sua honra, se trata de uma tarefa difícil ter acesso as memórias femininas.

Esse ato de destruição é também uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, feita como escreve Jules Simon, “para ocultar suas vidas” um consentimento de negação de si que está no âmago das educações femininas sejam elas religiosas ou laicas, e que a escrita assim como a leitura contradiziam. Queimar seus papéis é uma purificação pelo fogo dessa atenção consigo própria no limiar do sacrilégio. Esse gigantesco auto-de-fé foi o destino que se deu à maioria dos escritos privados de mulheres. A morte súbita, os armários esquecidos das grandes casas provinciais são os únicos empecilhos desse incêndio. A imagem das mulheres ateando fogo aos seus cadernos íntimos ou as suas cartas de amor no final de suas vidas sugere a dificuldade feminina de existir de outro modo que no instante fugaz da palavra e, por consequência, a dificuldade de recuperar a memória que não deixou rastros (PERROT, 1989, p. 15)

O gênero de biografia passa a se difundir no século XVIII, quando pessoas comuns passam a escrever memórias de si e alcança o apogeu no século XIX, entre os (auto) biografados, os homens eram a maioria, pois as mulheres são convencidas de que a sua vivência é insignificante, raramente buscam narrar a si próprias, destroem os seus escritos para que não sejam ridicularizadas. A partir de 1950 as biografias passaram a abordar mulheres que haviam atingindo maior projeção pública, na luta feminista ou no movimento operário.

O livro aqui analisado se trata da biografia do tio da autora Henrique de Araújo Costa, em que as memórias da autora sobre si mesma delineiam o quanto a figura do seu tio foi importante para a sua vida, para salvá-la da penúria, é comum que as mulheres escrevam biografias sobre homens que elas consideram importantes, e não autobiografias por considerarem que as suas vivências não são importantes suficientes para ser palco de uma narrativa. A imagem do seu tio é descrita como um bem feitor, um homem admirável para Maria Áurea. Os feitos do tio lhes foram significativos, por esse motivo se fez necessário recordar.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2012, p.9)

A memória se trata da reconciliação do passado com o momento presente, havendo várias possibilidades da construção do passado, aqui Maria Áurea busca retratar o seu tio como um grande bem feitor, a quem ela tem imensa gratidão. “Na maioria dos casos, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens, idéias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI, 2012)

Ao escrever uma memória é pensado na idéia que se pretende transmitir com a mesma, revelando a partir de experiências de vida o que de fato marcou em uma vida, se faz presente um vínculo entre memória individual e memória coletiva, em que cada individuo carrega as suas lembranças pessoais que por sua vez revela o contexto cultural e social a que estão inseridos, assim a memória nos ajuda a compreender amplamente o passado.

Os caminhos da memória são permeados por aspectos individuais e sociais, como um tecido formado por fios entrelaçados, que, mesmo sendo conhecidos pelas evocações das lembranças, requerem um aparato psíquico. O que lembramos e como lembramos constroem-se num movimento de demanda social e interna do sujeito. A inter-relação no meio social alimenta as lembranças individuais. A memória não é uma, é plural, e vai sendo construída pelo individuo em seu meio social. Ao evocar correlações que sustentavam as lembranças, elas podem ser modificadas, aí se requer trabalho psíquico. (LOBATO, 2016, p. 7)

Nos apoiamos nos critérios de que a memória individual nos é importante para permear o contexto social de um tempo, as memórias de Maria Áurea nos ajudara entender o contexto social da mulher pobre e trabalhadora, bem como os discursos morais que recaiam sobre as mulheres no período e, como as mulheres lhe davam com esse contexto moral. Percorremos os fios da memória, considerando que “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara a consciência na forma de imagens-lembrança”. (BOSI, 2012)

2.2. O trabalho das mulheres

Nesta pesquisa, a partir das imagens fotográficas e outros fragmentos de fontes de época, percebemos que as mulheres pobres sempre trabalharam arduamente, auxiliando em trabalhos domésticos, do campo e outras tantas funções. Então, mesmo existindo uma invisibilização e desvalorização da mão de obra feminina, pela condição do seu corpo, elas sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, como uma forma de sobrevivência e de auxiliar a família com as despesas domésticas.

A historiografia tem apontado que em seus primeiros anos de vida, as meninas pertencentes às classes subalternas auxiliavam nas tarefas domésticas junto com a mãe⁶, já que é uma tarefa de responsabilidade feminina, vendiam frutas nas feiras livres, cuidavam de animais, cuidavam de crianças, auxiliavam na lavagem de roupas ou pediam esmolas; outras aprendiam ofícios como a benzedura, costura e parteira.⁷ As profissões mais recorrentes eram as de floristas, domésticas, lavadeiras, engomadeiras e também a prostituição.

Na década de 1950, as meninas já frequentavam escolas, apesar de poucas escolherem um curso profissionalizante após o ensino médio. Quando acontecia de escolher uma carreira a faziam por profissões que se convencionou serem profissões próprias para mulheres, como professoras, enfermeiras, dentistas, secretárias em que o ideal da mulher como aquela que cuida ou aquela que é apenas auxílio estaria presente nessas profissões, porém essa é a realidade das mulheres mais abastadas.

Essa fotografia de 1950, as lentes do fotógrafo capturam as enfermeiras uniformizadas e inteiramente voltadas para suas pacientes da Santa Casa de Picuí. O registro do Blog Picuí Antigo não detalha a situação ou o motivo do evento, mas provavelmente trata-se de uma fotografia encomendada pelo Estado para noticiar o investimento na cidade.

Figura 2 – Enfermeiras da Santa Casa de Picuí.

⁶ Como mostrou Maria do Socorro Cipriano (2002, p.124), ao tratar da violência feminina na Paraíba das décadas de 20 e 30 do século XX, não somente as mulheres adultas eram submetidas a violência, mas também as meninas que começavam a trabalhar desde a mais tenra idade: “As crianças também estavam inseridas na violência do mundo doméstico, pois eram muitas as que trabalhavam como empregadas domésticas nesse período. Este é o caso da menor, Irene Soares, 10 anos que em fevereiro de 1933, foi espancada pelos patrões com “correntes”, “cabo de vassoura e sapatos e, afinal, com que pegava”, diz a menina em depoimento. Ou, ainda, um outro caso, em que uma menina chamada Rita, de apenas 7 anos é morta por sua patroa; Guilhermina, em 1937. Processo de assassinato, Guilhermina Venâncio, Campina Grande 4 de fevereiro de 1937”.

⁷Ver os trabalhos de MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. **Espaço Feminino no mercado produtivo**. (In) PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.



Fonte:

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em: 28/07/2019

As mulheres pobres quando casadas e continuavam a trabalhar sofriam estigmas moralizantes, por povoar as ruas com o seu trabalho, já que as ruas eram consideradas espaços de perdição e, teriam a sua moral e caráter colocados sob dúvida, além de ser alvo de desonra para o marido, já que era o dever do homem arcar com as despesas da casa e era evidente que este não estava cumprindo o seu papel (FONSECA, 2008).

Devido o grande número de mortes causadas nos processos de parto, ou pela dificuldade financeira que muitas famílias passavam sem acesso a um sistema de controle de natalidade, conforme afirma Rachel Soihet (2008). Este foi o caso da nossa personagem Maria Áurea, que após a morte da sua mãe e o casamento do seu pai com uma outra mulher passa a sofrer maus tratos, o que era comum, as crianças sentirem-se alheias as novas uniões dos pais, abaixo ela relata alguns dos maus tratos que sofria:

Eu lembro meu sofrimento. A Luiza me chamava para ir buscar lenha no cercado. Era muito longe. O que ela fazia: mandava eu juntar minha lenha, que dava um grande feixe, e mandava que eu botasse na cabeça, sem que ela me ajudasse. Durante a caminhada, ela atrás de mim, caminhava pisando nos meus calcanhares. Eu chegava em casa com muita dor de cabeça. (FERREIRA, 2011, p.23)

A sua madrasta a forçava realizar trabalhos pesados para uma criança, até mesmo atividades improváveis como colocar um feixe de lenha sozinha na cabeça, e ainda caminhava

por trás de Maria Áurea pisando em seus calcanhares. Na passagem abaixo Maria Áurea relata uma “cilada” que a sua madrasta a tinha preparado:

Um dia ela inventou uma cilada. Deu-me um punhado de sementes de mamão e disse: - Coloque estas sementes para secar. Se você der fim, eu lhe dou uma surra! Aconteceu que a dita velhinha veio lá em casa e ela me disse o que tinha aprontado. Deixa que ela já tinha visto que as sementes, as lagartixas já tinham comido. O que fez a velhinha! Foi em casa e trouxe um punhado de sementes e me deu e contou toda a história. Quando ela me pediu as sementes, eu já que entreguei. Livrei-me da surra. Que Deus dê o céu a esta senhora velhinha. (FERREIRA, 2011, p. 24)

Maria Áurea descreve a solidariedade em uma velhinha que morava próximo a sua casa. Devido os maus tratos que sofria por parte da madrasta, Maria Áurea teve que deixar o seu lar, primeiro para a casa da sua avó, depois para a casa do seu tio. Na passagem abaixo ela narra o dia em que fez a viagem do sítio que morava para a casa da sua avó na cidade, após o seu pai saber dos maus tratos que era submetida, percebemos também os traços da pobreza que a cercava:

Numa sexta-feira, à noite, meu pai me disse: - Arrume a roupa, que você vai morar com sua avó. Ora, eu só tinha três vestidinhos já velhos e surrados e um chinelinho. Botei numa sacola de pano e às três horas da madrugada, ele me chamou e disse: - Vamos para Picuí.

As mães deixavam seus filhos para uma família com melhores condições cuidar das crianças, muitas dessas meninas iam para “casa de um familiar” para prestar serviços domésticos. Normalmente tais famílias tinham melhores condições financeiras e possibilitavam alguns cuidados “como se fossem filhos”, esse é o caso de Maria Áurea de Araújo Ferreira, que passa a morar com a sua avó, posteriormente com o tio que possuía melhores condições financeiras, após a morte da mãe em 1936 ela relata o motivo de ter ido morar com o tio:

Um dia, tio Henrique chegou e pediu a minha avó para me levar para a casa dele, pois as crianças estavam doentes e eu poderia ajudar. Ele já tinha o carro Ford V8, cor branca. Todo dia ele ia ao sítio. Tinha um leiteiro que todos os dias ia levar o leite na cidade; chamava pelo nome de Caçote. (FERREIRA, 2011, p. 25)

Na narração de suas memórias, Maria Áurea relata que foi para casa do seu tio para ajudar no cuidado com os primos que estavam doentes, ela deveria ser um pouco mais velha que os seus primos e poderia se encarregar de tal tarefa. Maria Áurea não relata como reagiu a

notícia, apesar do que sentia deveria cumprir o que mandava os seus tutelares, mas ela não relata que sofria maus tratos na casa da sua avó, provavelmente sentiu medo de como seria tratada na casa do seu tio.

Em algumas comunidades da cidade de Picuí, essa era uma prática bem comum naquele período. As meninas pobres cuidavam de outras crianças menores, algumas vezes dos irmãos ou crianças de famílias mais abastardas. Ela ainda narra sobre detalhes do cotidiano da cidade a respeito de um leiteiro que havia. Posteriormente volta para a casa do seu pai, quando a sua madrasta se suicida.

Foi muita alegria entre os irmãos quando eu cheguei. Meu pai enviuvou em março e tornou a casar em agosto do mesmo ano, pela terceira vez. Casou-se com uma viúva mais nova do que eu, chamada Rita, no dia 24 de agosto, data do nascimento da minha saudosa mãe. Aí voltou todo meu sofrimento. Mas graças a Deus, tia Sinhá ia ganhar nenê e pediu para que eu voltasse. Como ele queria muito bem a ela, não se opôs. Então eu voltei! (FERREIRA, 2011, p.27)

Maria Áurea relata que voltou para a casa do seu tio com alegria, para cuidar do recém nascido e da sua tia no período de resguardo, pois afirma que o seu sofrimento havia voltado com o novo casamento do seu pai, possivelmente voltou a ser maltratada, além disso Maria Áurea discorre sobre a situação de pobreza no período em que esteve de volta a casa do pai na citação abaixo, eram situações que Maria Áurea não vivenciava na casa do tio.

Os anos de 1939 e 1940 foram dois anos muito bons de inverno. Eu dormia numa rede, com uma coberta de saco, toda rasgada. Acontecia que, com as fortes chuvas, o barro caía. A casa era de vara e rebocada com barro, então ficava toda cheia de buracos. Eu lembro que sofria muito. Eu nunca esqueço desse triste passado. Hoje, graças a Deus tenho meu conforto na dormida. (FERREIRA, 2011, p.24)

Percebemos também um tom sentimental em suas memórias quando narra que o seu pai casa novamente na data do aniversário da sua mãe, e com uma mulher mais jovem que ela, o que era algo comum nesse período os homens casarem com mulheres bem mais jovens.

Ela relata ainda o pouco espaço de tempo entre a viuvez e o novo casamento do seu pai, apesar da idéia de um casamento consumado pelo amor romântico, os homens procuravam casar para que as esposas prestassem as tarefas que a elas se faziam respeito, como cuidar do bem estar de todos na família e realizar o trabalho doméstico.

Claúdia Fonseca (2008) retrata a questão alto número de mortes nos partos e, que as crianças do antigo casamento estariam expostas a diversos tipos de maus tratos, Maria Áurea foi uma dessas crianças, que precisou migrar primeiro para casa da sua avó, e posteriormente

para casa do seu tio, ambiente ao qual ela tem bastante apreço por não sofrer maus tratos físicos.

No caso de Maria Áurea, em seus relatos de memórias, ela recorda os sentimentos de alegria e gratidão do período de oito anos que passou na casa dos seus tios, prestando serviços domésticos, já que recebia alguns privilégios que provavelmente não receberia estando na casa do seu pai, como o acesso aos estudos e a uma casa bem estruturada, por exemplo.

Logo ao chegar, minha agenda de trabalho era: logo cedo ajudar a levar as crianças à escola; preparar as sacolas com os lanches: um pão e um pedaço de bolo; todas às sextas feiras eu tinha a obrigação de lavar as fardas, as sacolas e engomar, para na segunda-feira estar tudo limpo, em ordem de caminhar para o Grupo Escolar Prof. Lordão. (FERREIRA, 2011, p.27)

Acima Maria Áurea relata a sua rotina de trabalho logo que retornou a casa do seu tio, levar as crianças à escola, preparar o lanche e as roupas. A priori ela retrata o cuidado que tinha com as crianças em relação à escola, a escola Professor Lordão que já havia sido fundada, ela segue:

Ao chegar em casa, por volta das 8 horas, falava para mim: Nenê, bote este lençol no sol; tire os carrapichos das meias e faça meu chá. Ele tinha um paletó velho, que vestia em cima da camisa, sem ensacar. As meias que iam ficando velhas, ele mandava tia Sinhá remendar para só usar no sítio. Quando Dona Luiza (empregada da casa), via ele mandar eu fazer tudo isto a um só tempo, ela dizia: - Ah! Seu Henrique, só mesmo Nenê faz isto. Eu já preparava o chá antes de ele chegar. Naquela época, não havia energia. Eu engomava com ferro de brasa. Quando eu ia renovar as brasas, era muita zoadada que Dona Luiza fazia para não apagar o fogo. Outro sofrimento para nós duas foi no tempo em que desapareceu a farinha de trigo. Não havia pão para comprar para o café. Então se comprava goma. Eu tinha que fazer muitas tapiocas. Era eu que fazia de véspera. Dona Luiza levantava às quatro horas para moer milho, para o cuscuz. Mas este tempo durou pouco. Eu tinha que toda tarde dar banho nas crianças e trocar a roupa delas. (FERREIRA, 2011, p. 27)

Talvez, pela condição na casa paterna ser tão difícil, Maria Áurea não percebe o grau de exploração submetida na casa do tio; ou talvez, por nutrir um sentimento de pertencimento à família do tio, ela tenha dificuldade de olhar criticamente para o seu passado. Mesmo assim, ela relata a sua rotina de trabalho na casa do seu tio, lembrando que o seu tio ao chegar à casa a mandava fazer várias tarefas ao mesmo tempo. Retrata ainda a dificuldade em passar roupa, em um período que não havia energia elétrica na cidade, e do período que a cidade não provinha de farinha de trigo. Maria Áurea retrata com certa satisfação o trabalho que prestava.

Aos sábados, almoçavam com ele: os irmãos Rivaldo Henriques e Pedrinho Henriques; os cunhados, Luiz Silvestre e meu pai, José Passos e os sobrinhos. Nesses dias, também dava refeições aos moradores de seus sítios e aos empregados da loja. Era ele o primeiro a terminar o almoço, e dizia: - Vocês fiquem aí, que eu vou chamar os empregados para virem almoçar. Ao se retirar dizia: - Dê almoço aos moradores e diga que vão para a loja receber o pagamento. A gente ouvia e ficava calada, aí ele dizia em voz bem alta: - Estão me ouvindo?! (FERREIRA, 2011, p.33)

Maria Áurea relata que aos sábados o seu tio oferecia almoço aos moradores do seu sítio, após almoçar com os homens da família. Maria Áurea junto com a outra empregada da casa eram responsáveis pelo preparo do almoço dos homens da família que almoçavam juntos aos sábados e do almoço dos moradores do sítio. Percebemos o traço de subserviência que Maria Áurea tinha diante do seu tio, quando ele falava, ela ficava calada, e ele falava mais alto; segundo Meire Lúcia Alves dos Reis (2019), esse traço de subserviência do trabalho é uma herança do período escravista do Brasil, essa questão é ainda mais forte sob as mulheres que por muito tempo fora cobrado delas subserviência em todos os setores da vida, através do relato de Maria Áurea, percebemos que as mulheres brancas e pobres também eram alvos desse processo.

Embora as mulheres desempenhassem diversos tipos de atividades para o sustento da família, o trabalho caracterizado como feminino não deixava de ser alvo do preconceito social que cercava em relação ao trabalho das mulheres: confecção de flores, tricô e costura de roupas. Estas não representavam apenas um complemento da renda familiar, mas poderia significar a maior parte dessa renda. As mulheres realizaram tipos de trabalhos diferentes a questão era encontrar formas de ganhar dinheiro para sobreviver, ofereciam sua mão de obra em troca de salários minguados.

Assim, para muitas mulheres se dedicarem ao trabalho era algo que supria a sua necessidade financeira mais rapidamente. Aprender a técnica da costura ou de parteira com outra mulher da família possibilitava que as mulheres adentrassem ao mercado de trabalho, através de profissões ditas típicas femininas. Como afirma Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), o trabalho de costura em domicílios era uma boa alternativa para as mulheres, pois permitia conciliar as atividades de mãe, dona de casa, e outra atividade que lhes trouxessem alguma renda.

Aparentemente, tinham naquela sociedade uma geografia mínima, ou era assim que muitos queriam que fosse. Apesar dos limites que uma certa moral tentava impor-lhes, coisas mais prementes, como a necessidade de sobreviver, as levava ao trabalho nas fábricas, ou a produção de doces e

bolos caseiros para venderem nas ruas, em barracas de café na feira, o que ampliava o seu mundo e suas experiências. (SOUSA, 2005, p. 173)

Essas mulheres recorriam ao trabalho para ajudar os pais ou o marido a comprar alimento e vestes, embora não fossem bem vistas socialmente, pois demonstravam que o homem da casa não arcava sozinho com as despesas, mulheres que realizavam trabalhos fora daqueles próprios do lar eram taxadas de relapsas e colocado o seu caráter moral sob suspeita.

As mulheres casadas eram responsáveis pelo cuidado dos corpos da família, manter os filhos e os maridos saudáveis, através do cuidado com a higiene, preparando a comida, à mulher cabia a gestão do lar. Por esses motivos as mulheres não eram bem vistas ao exercer ao trabalhar fora de casa, eram tidas como mães ruins e esposas displicentes.

Mesmo quando os maridos permitiam que as mulheres exercessem trabalhos fora de casa, pois apenas a sua renda não seria suficiente para a sobrevivência de toda a família, eles se sentiam na obrigação de suprir ao menos com o alimento da casa, pois era ainda mais desonroso que o homem não colocasse ao menos a comida em casa. O trabalho das mulheres era de cunho subsidiário, o seu dinheiro era para comprar vestes para os filhos, ou pormenores que faltasse no lar.

É interessante perceber como as mulheres criavam diversas maneiras de sobrevivência no cotidiano. A partir das memórias percebemos as suas astúcias e invenções no dia a dia apesar do trabalho feminino ser entendido como subsidiário, trabalhavam, vendiam porcos, cabras e construía casas para morar com a família. Maria Áurea relata que após estar casada, criava muitos animais e decide presentear o seu tio com uma dessas criações “O sítio era muito bom. Eu criava muitas galinhas, peru... Até que um dia eu soube que ele ia fazer cinquenta anos. Eu botei um capão no chiqueiro e passei três meses cevando, até chegar o dia do aniversário dele.” (FERREIRA, 2011)

Uma atividade que era muito praticada pelas mulheres era criação de animais no quintal. Como elas também cuidavam dos espaços domésticos, o quintal poderia se tornar um lugar rentável para elas, pois era nesse espaço que criavam porcos e galinhas. Especialmente os porcos que eram criados com lavagens, sendo estas adquiridas na vizinhança, as mulheres andavam com uma lata na cabeça com alimento para os porcos, algo que era vergonhoso para as mulheres que deveriam ser delicadas e não realizar trabalhos pesados como ditava o discurso predominante.

As mulheres do meio popular não viviam apenas no restrito mundo do lar, como muitos queriam. Faziam incursões diversas pelas ruas da cidade, fosse

em busca de uma nova morada, de alguém que procuravam caluniar, ou mesmo de uma desafeta caluniadora; passeavam e faziam compras, visitavam amigos e familiares, iam à procura de políticos e compadres, pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; levavam filhos, vizinhos e amigos para o hospital ou a delegacia; visitavam as igrejas e a tenda de curandeiros; iam à feira vender e comprar; eram rezadeiras respeitadas, operárias assediadas, donas de casas enclausuradas, espancadas ou difamadas. ((SOUSA, 2005, p. 171)

A organização familiar dos pobres não atendia a norma vigente, embora a divisão do trabalho tenha relegado o cuidado com as crianças a mãe, as mulheres pobres precisavam trabalhar, precisamos levar em consideração o papel das avós, das criadeiras, e das mães de criação. Mulheres pobres em certas ocasiões além de cuidar dos filhos biológicos também cuidavam de sobrinhos e netos, permeando a rede de solidariedade que os pobres exercitavam entre si.

As mulheres se sentiam sozinhas em relação aos cuidados dos seus filhos trabalhavam para pagar os estudos dos filhos, no período na cidade de Picuí havia poucas escolas gratuitas e estas só correspondiam ao ensino fundamental um, eram elas que trabalhavam para registrar os filhos, para comprar vestes e alimentos. Muitas mulheres pobres eram as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos também no que diz respeito ao sustento financeiro, embora o trabalho das mulheres sejam denominados apenas como subsidiário, era em muitos casos as mulheres as principais responsáveis pelos mantimentos familiares, e se sentiam sozinha nos cuidados básicos com os filhos, quando casadas ou não.

A maioria das mulheres trabalhadoras tinha longas horas de trabalho, trabalhava durante o dia e a noite, apanhavam algodão, plantavam hortas, carregavam pesados sacos. E a maioria dos companheiros de trabalho eram homens, estas mulheres não atendiam aos códigos de feminilidade instituídos socialmente, o trabalho que realizavam não era propício para mulher, a mulher que era idealizada como frágil e do lar.

Conforme afirma Rachel Soihet (2008) as mulheres que estavam inseridas no mundo do trabalho, embora em muitos casos ocupando uma função subalterna, as mulheres populares não se adaptavam às características universais atribuídas ao sexo feminino, tais como delicadeza e fragilidade.

As mulheres adentravam ao mercado de trabalho desde a infância, ajudando a cuidar dos irmãos, e realizando trabalhos domésticos, se trata em parte de uma divisão do trabalho da família popular como critério de sobrevivência, enquanto os meninos saíam para brincar, as meninas auxiliavam suas mães nas tarefas domésticas e a cuidar dos irmãos mais jovens, é

perceptível também que a divisão do trabalho baseado nas distinções de gênero iniciava desde cedo.

Havia também um temor dos pais em relação aos meninos que viessem a realizar trabalhos domésticos se tornassem “afeminados”. As meninas realizavam trabalhos como lavar e passar roupa quando a mãe estava impossibilitada de trabalhar e, nessa ocasião, para garantir a renda da família, eram as meninas que realizavam esse trabalho.

As mulheres procuravam realizar muitos tipos de trabalho para viver, porém, não significa que trabalhar fora do ambiente doméstico, era algo que agradava a todas as mulheres trabalhadoras. Pois, como afirma Cláudia Fonseca (2008) à mulher não era admirada por ser boa trabalhadora, poderiam ser vistas como mães relapsas, colocar em desonra o nome do marido que não supria as despesas da casa, e também poderia colocar em desonra o seu próprio nome, pois a norma dizia que a mulher deveria estar resguardada em casa, a rua trazia muitos perigos à moral feminina.

As mulheres trabalhavam para garantir a sua sobrevivência e a dos seus filhos, apanhando algodão por muito pouco dinheiro, temos uma alusão no que corresponde a um salário pequeno em troca de um trabalho pesado. Em muitas ocasiões as mulheres eram vítimas de violência nesses trabalhos, como a grande exploração da mão de obra feminina, assédios sexuais e morais. Além disso, eram invisíveis no ambiente de trabalho, a sua mão de obra era pouco valorizada.

Em muitas ocasiões as mulheres levavam os filhos com elas para o trabalho em lavanderias, rios, na plantação e colheita dos frutos, cozinhavam no rio embaixo de uma árvore, possuindo poucas vestimentas, todos os dias, ao chegar do trabalho que lhe exigia muita força física, ainda remendavam o vestido que usaria no trabalho do dia seguinte.

As mulheres realizavam trabalhos árduos e de longas jornadas, era uma forma de sobrevivência para a mulher subalterna e, que desde a infância, elas eram inseridas no mundo do trabalho como forma de buscar a sua sobrevivência e a dos seus familiares, e isso não cessava com o casamento. A função e as responsabilidades do ser mãe eram gritantes, as mulheres trabalhavam para a sobrevivência dos filhos, já que eram as principais encarregadas pela criação deles e, em alguns casos, estes acompanhavam suas mães ao trabalho, como mostram as fotografias de época, registradas na cidade de Picuí.

Figura 3 – Trabalho no campo entre 1940 e 1950



Fonte:

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em: 12/10/2019 (com adaptações)

A imagem acima foi retirada do blog Picuí Antigo que tem o objetivo de recordar as memórias da cidade através de fotografias antigas. Embora não sabemos ao certo o ano em que a fotografia acima foi capturada, acreditamos que ela foi registrada entre os anos de 1940 e 1950. Visualizamos o trabalho de pessoas em um roçado, provavelmente pertencente a um fazendeiro da cidade que permitiu a captura da fotografia para demonstrar a produção em suas terras.

Nos personagens presentes na fotografia a sua maioria são homens que estão cavando o solo, uma mulher que aparenta ter em mãos as sementes que seriam plantadas naquele momento, assim como as três crianças que estão presentes na imagem, em certas ocasiões as crianças acompanhavam as mães no trabalho, bem como auxiliavam os pais no trabalho desde cedo.

Homens, mulheres e crianças se misturavam nesse ambiente de trabalho, na busca por suprimentos básicos para viver. Se nessa fotografia, os homens aparecem fazendo o trabalho mais pesado, sabemos que o trabalho feminino das comunidades campesinas é enorme e ajuda com o plantio é apenas uma parte do trabalho. Levantam cedo, cuidam das crianças, dos animais de criação; levam os alimentos para a roça, cuidam da organização da casa, remendam as roupas.

A historiografia aponta histórias de mulheres que quando ficam viúvas, solteironas, separadas ou mesmo quando o nível de pobreza é grande, essas mulheres assumem jornadas múltiplas.

CAPÍTULO 3. LAZER: ENTRE O RISCO E A LIBERDADE

“Só saía de casa para ir a um casamento de um filho, ou ser madrinha de um noivado ou de uma criança.”

Maria Áurea de Araújo Ferreira

O presente capítulo tem como objetivo abordar as formas de lazer das mulheres trabalhadoras e populares da cidade de Picuí, ou seja, o que as mulheres pobres faziam quando não estavam trabalhando? No período analisado havia uma vigilância muito forte sobre o corpo feminino, mesmo em relação às mulheres pobres. Era verdade que precisavam trabalhar para sobreviver e povoavam as ruas para tal, mas também lhes eram cobrados comportamentos adequados e respeitáveis para uma mulher da época. Os passeios eram limitados não somente pela vigilância dos pais e maridos, mas também em decorrência da múltipla jornada de trabalho e do código moral da época.

3.1. As práticas de lazer dos trabalhadores

As práticas de lazer condizem com os conceitos de descanso, divertimento, recreação, entretenimento ou desenvolvimento pessoal. O termo lazer no Brasil está associado a um significado negativo ligado a preguiça, portanto os trabalhos acadêmicos a respeito do lazer se tratam mais do ócio, podendo ser interpretados como apologia ao ócio ao invés de uma denúncia ao sistema escravocrata, coronelista, patriarcal e ditatorial, como afirma Antônio Clarindo Barbosa de Souza (2012). É uma tentativa de infamar as práticas de lazer, embora o Brasil tenha a marca de ser um país de muitos festejos, essa situação é ainda mais delicada quando abordamos as práticas de lazer das mulheres, que sofriam os atos de disciplina em relação ao trabalho e ao gênero.

A partir da década de 1950 os pesquisadores abordavam as questões de lazer como um fator de equilíbrio que faria os trabalhadores suportar as longas horas de trabalho, sendo por sua vez alvo de regulamentação e de disciplina, no entanto a separação entre lazer e trabalho não faz sentido para um grupo de trabalhadores entre eles as donas de casa e agricultores, pois em certas circunstâncias era no período de trabalho em que estes desproviavam de brincadeiras e namoros.

Na medida em que se elaboram discursos alguns pontos da cidade ou pessoas são incluídas ou excluídas de uma certa visibilidade. Este processo de exclusão e inclusão não estava apenas nos discursos, estava nas ruas, nas praças e nas festas. E mais do que isto, estava na mente dos homens. (SOUZA, 2012, p.33)

O espaço das ruas é sexuado, são espaços pertencentes aos homens, que empregam o seu olhar sobre a mulher. As mulheres não frequentavam todos os locais da rua para não ferir a sua moral, embora em certos espaços da rua seja mais visível a presença feminina, como nas pequenas vendas, nos murmúrios das calçadas, e em outras tantas a presença masculina é mais visível.

Acreditamos que narrar às histórias que abordam as mulheres nos ajuda a ter um contato com um real possível, pois, nessa perspectiva, também passamos a traçar uma outra cartografia dos espaços criados para e também pelas próprias mulheres.

3.2. A vigilância sobre o lazer das mulheres

Os espaços de lazer e diversão da cidade são mais restritas para as mulheres que zelam pela sua reputação de “boa moça” ou de “mulher honrada”. Pois, como apontado por Margareth Rago, em seu livro *Do cabaré ao lar*, as mulheres deveriam manter suas imagens distantes das prostitutas. Embora as mulheres aqui fossem mulheres habituadas ao mundo do trabalho e de certa forma ligadas a vida pública, aqui percebemos uma maior vigilância em relação as mulheres e as práticas de lazer, percebemos indícios de uma cultura familiar patriarcal que perpetuou nas famílias do interior da Paraíba.

Como diz o ditado popular conhecido em nossa cultura, “cabeça vazia é morada do diabo” e, levando em consideração que as mulheres eram vistas como vulneráveis, se fazia necessário manter as mulheres ocupadas, cumprindo dupla jornada de trabalho: fora das suas casas e no lar. Até mesmo nas atividades de lazer se fazia necessário que as mulheres não descuidassem dos seus deveres domésticos, como limpar a casa, cozinhar e zelar pelo bem-estar de todos da família, no que se refere aos almoços e comemorações familiares.

No período aqui estudado, o espaço público era visto como lugar de perigo, especialmente para as mulheres. Mesmo numa cidade pequena como Picuí, em determinados horários, uma moça tida como “honrada” não deveria circular desacompanhada.

Sabemos que a rua é um espaço sexuado, em alguns locais é mais visível a presença feminina e em outros locais a presença masculina, na maior parte dos espaços incide o olhar

dos homens sobre as mulheres, nos interessa compreender como as mulheres populares vivenciavam os locais públicos de divertimento já que não lhes eram permitidos vivenciarem da mesma forma que os homens, estas não poderiam frequentar qualquer lugar, a qualquer hora do dia.

As famílias das moças exerciam um forte controle em relação às formas de lazer, à dança era restrita, era algo até então era mal visto pelas famílias mais tradicionais. Eram esperados dessas mulheres comportamentos adequados para serem consideradas “boas moças” ou “moças pra casar” até mesmo uma ignorância aos assuntos sexuais, para que a sua virgindade não fosse colocada sob dúvida comprometendo a honra feminina.

As moças, como uma forma de proteger a sua moral não poderiam construir laços de amizade com as moças chamadas de “levianas”, “atiradas”. Estas eram as moças que os rapazes não levavam a sério, e que rondavam boatos e fofocas por toda a cidade sobre a conduta dessas mulheres consideradas “fáceis”. Essas jovens mulheres eram constantemente vigiadas pela família, que tinha o temor da filha fosse desvirginada antes do casamento, algo vergonhoso para família que teria uma filha “desonrada”.

É claro que para casar, as jovens teriam de conhecer rapazes – Já estava fora da moda casar *sem afeto*, apenas pela vontade dos pais – então, a ênfase na educação para o autocontrole tornou-se ainda mais uma preocupação social. Os pais já não deveriam ser tão rígidos e as jovens deveriam controlar-se a si mesmas, distinguir *o certo do errado* de forma a conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade em limites bem estreito: *dando se o respeito*. (PINSKY, 2008, p. 610).

A educação feminina tinha como principal objetivo o casamento, sendo cercada por um código moral seja da igreja ou do discurso médico, no que diz respeito a um controle sexual das mulheres, o mesmo não ocorria com os homens que usufruíam de uma sexualidade mais liberta.

A honra da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento. Essa concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade. Decorre daí o fato de as mulheres manterem com seu corpo uma relação matizada por sentimento de culpa, de impureza, de diminuição, de vergonha de não ser mais virgem, de vergonha de estar menstruada etc. (SOIHET, 2008 p,389)

Promovia-se uma espécie de culto à virgindade, quando a menina menstruava já se acreditava que estava pronta para o casamento, era uma forma de garantir a virgindade das filhas, pois era algo fundamental para que o casamento acontecesse, as mulheres eram

praticamente confinadas em casa, para evitar que fossem desvirginadas antes do casamento. Na passagem abaixo Maria Áurea relata sobre o seu casamento no civil, organizado pelo seu tio:

Foi para mim o maior bem que ele me fez. Chamou Dr. Manuel Pereira do Nascimento, o juiz naquela época, contratou o casamento para ele vir celebrar na casa do tio Henrique. Antes disse para mim: - Não se preocupe que eu pago. Pagou duzentos mil réis. Após a cerimônia nos ofereceu um café. Compareceram todos os filhos, exceto a pequena Lourdes, porque foi justamente no dia em que ela estava no Grupo Escolar Prof. Lordão, fazendo o exame de admissão. (FERREIRA, 2011, p. 35)

As mulheres pobres não tinham o dinheiro para pagar a cerimônia de casamento, seja o casamento civil ou o religioso, por esse motivo Maria Áurea se demonstra tão grata pelo tio ter feito o seu casamento no civil, que lhe dava direitos legais, na passagem acima em que se refere ao seu casamento com o agricultor João Ferreira Filho em 1950. As famílias pobres não eram constituídas através de casamentos, muitas mulheres pobres viviam em um regime de concubinato.

Na década de 1950, os casamentos já eram realizados sob condição do amor romântico, em que todos esses códigos de comportamento, e controle sobre as ações dos corpos femininos tinham como principal objetivo assegurar a virgindade feminina, educadas desde cedo por meio de um controle sexual para quando jovens não se deixassem desvirginar por sedutores, aquelas que assim fizessem eram tidas como mulher fácil, teriam se perdido, desonradas não arranjarão mais um casamento e seriam condenadas a prostituição. Sobre o controle sexual advindo de uma ótica religiosa Michelle Perrot afirma:

A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe. Os pintores da Anunciação, grande tema medieval, representam o anjo prosternado no quarto da jovem virgem, diante de seu leito estreito. Essa valorização religiosa foi laicizada, sacralizada, sexualizada também: o branco, no Segundo Império, simboliza a pureza da prometida. (PERROT, 2019, p. 45)

Portanto, a cidade representava um lócus de perdição para as mulheres, os seus passos eram controlados e vigiados, para que não caíssem em perdição. As festividades que ocorriam na cidade de Picuí e que as “mulheres respeitáveis” teriam acesso eram de cunho religioso: no mês de janeiro a festa de São Sebastião padroeiro da cidade, em outubro as comemorações eram atribuídas a São Francisco e em dezembro era comemorado o Natal. Estas festividades religiosas eram acessíveis as consideradas moças de família.

Os pais eram vigilantes em relação às filhas, vigiadas quando iam a um terço⁸, pois rondavam boatos e fofocas pela cidade das moças que falavam que iam para o terço e na verdade iam namorar nas ruas, em uma cidade interiorana era habito dos moradores sentar nas calçadas para conversar e fazer fofocas, entre os principais alvos de fofocas estavam às moças e mulheres ditas levianas.

Esse quadro configura uma modalidade de violência que, embora não compreenda atos de agressão física, decorre de uma normatização cultural, da discriminação e submissão feminina. Assim permaneceriam as mulheres por longo tempo sem poder dispor livremente do seu corpo, de sua sexualidade, violência que se constituiu em fonte de múltiplas outras violências. Quanto aos homens, estimulou-se o livre exercício de sua sexualidade, símbolo de virilidade; na mulher tal atitude era condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, não se sentiam os homens responsabilizados, devendo as mulheres arcarem com o peso das consequências do “erro”. (SOIHET, 2008, p.390)

A cidade representava um risco à moral das mulheres, devendo estas serem vigiadas, no entanto este mesmo risco poderiam ser uma fonte de liberdade para as mulheres, estas praticavam ações não convenientes ao gênero feminino, a infidelidade não é algo aceitável vindo de mulheres, em muitas ocasiões pode ser passível de ser levada a julgamentos. As mulheres que tinham um comportamento desviante não eram bem vistas, deveriam ser cercadas e vigiadas para não manchar o nome da família. Como afirma Cipriano (2002) mesmo com o advento da modernidade, as famílias tradicionais da Paraíba mantinham valores sociais que permitiam que o marido matasse a esposa ou namorada infiel, em um período de resistência as mudanças de costumes.

Portanto, o “crime passionai” era uma prática banalizada onde através do imaginário social os homens tem poder de vida e morte das mulheres, principalmente quando estas ferem a honra masculina, já a infidelidade dos homens é tida como algo normal a natureza masculina. Portanto, as mulheres devem ser afastadas das ruas, ou frequentá-las apenas regularmente para que não sejam seduzidas por práticas imorais, como afirma Michelle Perrot:

A cidade, representada como a perdição das moças e mulheres, lhes permite com frequência, liberta-se de tutelas familiares pesadas, de um horizonte de aldeia sem futuro. Conseguem modestas ascensões sociais, escapam a uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a

⁸O terço é uma prática religiosa de devoção mariana difundida pelos católicos romanos, consistem na recitação de orações com o auxílio de uma corrente com pontos que recebe o mesmo nome, podendo ser praticada individualmente ou em grupo.

aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação. (PERROT, 2019, p. 136)

O lazer se trata de uma atividade ocupacional, portanto não eram todos os tipos de lazer que eram permitidos por uma determinada sociedade, tampouco não são todos os tipos de lazer que uma mulher respeitável poderia fazer proveito, pois eram considerados improdutivos ou desviantes a moral da sociedade.

3.3. O lazer das mulheres

Apesar da rede de vigilância fortemente articulada e imposta sobre os passos femininos, estas mulheres faziam uso das táticas e astúcias e vivenciaram a cidade, se permitiram sonhar, experimentar a cidade em suas cores sabores e odores. Para entrarmos em contato com as práticas femininas referentes às questões relacionadas ao lazer e a diversão, faremos novamente o uso da memória, dos relatos de mulheres que viveram na cidade de Picuí, nas décadas de 1940-1950, ao exemplo de Maria Áurea, bem como utilizaremos fotografias de época.

Para problematizar o lazer das mulheres populares na cidade de Picuí, trazemos uma fotografia que nos permite ter acesso a alguns indícios de como as mulheres povoavam os locais de divertimento e lazer da cidade. As fotografias são documentos detentores de elementos significantes no que se refere ao estudo do cotidiano, em que podemos visualizar utensílios, vestimentas e espaços.

Figura 4 – Passeio de mulheres em Picuí.



Fonte: Álbum de Maria Áurea de Araújo Ferreira. (1955)

A fotografia acima se trata do registro de um passeio entre amigas na cidade de Picuí, pelas vestimentas das mulheres presentes na imagem percebemos que as mesmas faziam parte de uma elite econômica e social da cidade, entre as mulheres presente na fotografia está Maria Áurea de Araujo Ferreira, a segunda mulher sentada da esquerda para a direita, autora do livro analisado no presente trabalho, que usufruía de certos privilégios por ter sido amparada na casa do seu tio.

As fotografias eram um registro de alto custo financeiro, por esse motivo poucas pessoas tinham acesso a esse tipo de registro, dessa forma não conseguimos muitos registros fotográficos das mulheres, especialmente de mulheres menos abastadas. Era comum naquele período que fotógrafos passassem pela cidade oferecendo seus serviços. Eles registravam fotografias de eventos e depois iam embora, eram os chamados fotógrafos itinerantes⁹.

Também existia outro motivo para que elas não aparecessem nas fotografias: o espaço público era um espaço masculino e as mulheres não eram “bem vistas” se flagradas sozinhas na rua. Mas aos poucos elas vão aparecendo ainda na primeira metade do século XX, não somente nas ruas da capital do Estado paraibano, mas também nos espaços de cidades menores como Picuí.

⁹ Na Paraíba a fotografia chega por meio de fotógrafos itinerantes que se utilizavam de jornais e almanaques para divulgar o seu trabalho e técnicas utilizadas. Sobre os trabalhos de fotógrafos na Paraíba, ver: Josemere Fires da Sila. “Fotopintura: retratos e restauração de vidas em Campina Grande (1950-1970).”

A fotografia em questão foi capturada em uma praça da cidade de Picuí, percebemos pelas vestimentas das moças presentes na fotografia que o ambiente retratado é um ambiente festivo ou de final de semana, já que vinham fotógrafos de outras cidades para fazer fotografia em dias festivos.

“A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências.” (PERROT, 2019). As mulheres nos muros da cidade, nos passeios, nas formas de lazer e de diversão são resumidas a imagem, sendo uma obrigação seguirem o padrão de beleza determinado em uma época, percebemos a busca dessa necessidade na foto acima, as mulheres que pousam para a foto vestidas em seus trajes domingueiros.

A beleza é um atributo caro para as mulheres, estas que são medidas pelas suas aparências, ser bonita é uma obrigação para elas. No período aqui estudado a imprensa já se articulava com propagandas de produtos de beleza para as mulheres, o cuidado com a beleza se transformou em uma forma de lazer feminina, atribuída as questões de *autocuidado*.

Porém, na cidade de Picuí que era ainda pouco desenvolvida, as mulheres principalmente as mais pobres não se deparavam com as inúmeras propagandas publicitárias de produtos de beleza, a cidade também não provinha de cinema, que passara a ditar modas. Mesmo assim, aqui à beleza não deixava de ser algo cobrado para as mulheres, os cuidados com a beleza consistiam em receitas caseiras aprendidas com a mães e avós. Na citação abaixo Maria Áurea faz um relato sobre os tecidos que o seu tio havia comprado para loja, e que uma das suas filhas fez um corte para fazer um vestido:

Aconteceu que um dia veio das compras um tecido muito bonito. Davam o nome de “faite”. Lourdes, sua filha, era muito apressada e logo tirou dois cortes. Foi levar na modista, Dona Naza, de Seu Borges. As meninas foram provar os vestidos. O modelo era muito decotado e tio Henrique não gostou. Eu tive de voltar para a mesma remodelar. Vejam como este pai era com as filhas. Elas se vestiam todas iguais. Ele adorava as filhas. (FERREIRA, 2011, p. 30)

Maria Áurea diz que o seu tio não gostou do vestido das filhas, pois era muito decotado e que ela teve que voltar na costureira para remodelar. Ela reforça a imagem do tio como um bom pai que presenteia as filhas, e através do “zelo” que tinham para com elas, limitava o tamanho das suas roupas. Percebemos o traço patriarcal nessa passagem, bem como os códigos morais referentes à vestimenta feminina.

Para as mulheres pobres era mais difícil seguir a moda, porém as obrigações em relação à beleza não as poupavam, nem tão pouco a exigência de um comportamento

adequando, correspondente aos discursos da igreja católica predominantes nas cidades do interior da Paraíba.

Figura 5 – Mulheres na Igreja Católica de Picuí



Fonte:

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em 12/08/2019

A fotografia acima foi retirada de um blog, acreditamos que a mesma foi capturada entre a década de 1950. O cenário da fotografia se trata da frente da igreja católica da cidade de Picuí, as mulheres presentes no cenário da foto trajam as suas vestes de passeio, aparentemente se trata de dia festivo para a igreja católica ou uma comemoração de um grupo de oração da igreja.

Podemos perceber na fotografia a presença de mulheres em sua maioria brancas, embora a igreja proporcionasse uma forma de lazer para todas as camadas sociais, percebemos que as mulheres negras e mais pobres não posavam para fotos como a de cima, provavelmente estariam ocupadas demais trabalhando, cuidando dos filhos de mulheres mais abastadas como as que aparecem na fotografia, carregando lenha, lavando roupas nos rios, etc.

As mulheres eram incentivadas a participar das ações e grupos da igreja católica, se constituía em uma atividade de lazer, uma ocupação nas horas vagas, dedicadas a oração e a

ações de caridade. Atividades estas que não feriam com a reputação das mulheres solteiras e casadas, ao contrário contribuía para reputação de “boa moça” ou de “mulher respeitável”. As festividades em que as mulheres se faziam presentes eram as de cunho religioso, que não degradassem a sua moral, no entanto mesmo quando participavam de atividades religiosas, em locais respeitáveis, a vigilância não deixava de pairar sobre as mulheres. Percebemos também a forte vigilância em relação às mulheres casadas na passagem abaixo que Maria Áurea faz sobre a sua tia:

Minha querida tia foi uma heroína. Criou onze filhos com leite materno. Nunca fez uma mamadeira, pois sou a prova ocular, que ajudei a criá-los. Só saía de casa para ir a um casamento de um filho, ou ser madrinha de um noivado ou de uma criança. Perdeu dois filhos. Muito religiosa, gostava muito de dar esmola; muitas vezes às escondidas. A festa que ela participava, que se sentia muito feliz, era o São João, em Bom Jesus. Era um dia em que se reuniam todos os filhos e netos. (FERREIRA, 2012, p. 38)

Maria Áurea valoriza a mãe que a sua tia foi, cuidando dos filhos de forma tradicional, sem usar aparatos modernos para época como mamadeira e, valoriza o fato da tia não ter muitas formas de lazer, isso se constatava em uma prova do seu valor moral, as festas frequentadas eram de cunho religioso, e aquelas em que os familiares estivessem presentes.

Como toda cidade desse período, a igreja ocupava o centro da cidade. Em torno dela a comunidade se reunia, a igreja também era o lazer para as pessoas de diversas camadas sociais. As missas se caracterizaram como formas de lazer para os moradores de cidades do interior da Paraíba, a igreja era um local em que as “boas moças” poderiam frequentar.

Mas, o término da missa não culminava com ida para casa. Em algumas ocasiões, após a missa, as moças costumavam passear com as suas amigas apenas na Rua Ferreira, onde está localizada a igreja católica da cidade, por se tratar de uma cidade ainda muito pequena percebemos que não havia muitas ruas para caminhar enquanto conversavam com as suas amigas. Nesse período os passeios da cidade também eram regulados pelo fornecimento de energia elétrica, quando dava um certo horário as luzes eram apagadas, como percebemos nesse trecho do poema de Maria Áurea, intitulado *Raízes do Passado*:

A cidade era iluminada
 Por um motor muito pequeno
 Às onze horas se apagava
 E o povo se iluminava
 Por lampião de querosene. (FERREIRA, 1996, p. 6)

Maria Áurea relata os problemas que tinha em relação aos passeios devido à má iluminação da cidade, em que era fornecida iluminação até certo horário, quando a iluminação dos postes seria apagada, havia um aviso à população como afirma a entrevistada: as luzes apagavam e acendiam rapidamente como uma forma de alerta que as luzes seriam apagadas definitivamente.

Aos sábados e domingos as moças frequentavam cafés, provavelmente eram locais frequentados por grupos elitistas da cidade, embora as músicas fossem algo ainda restrito na cidade, que é um dos elementos que compõem os locais de festivos e de lazer, mas que não era algo ainda muito comum devido à cidade não ter adquirido certos traços modernizantes nesse período, como percebemos nesse outro trecho do Poema de Maria Áurea.

Também não havia som
Nem rádio nem televisão
Só o amigo violão
Que fazia parte da orquestra
Comandada pelo saudoso mestre Alfredo
Que nas manhãs, logo cedo,
Animava nossas festas. (FERREIRA, 1996, p. 6)

No período aqui estudado não cabia mais aos pais escolherem com que as filhas casariam, caberiam a estas escolher com sabedoria o seu marido, e se comportar como uma “moça de família” para que os rapazes a levassem a sério, lhes propondo casamento. No entanto, os seus familiares ou titulares deveriam se agradar dos namoros das filhas podemos perceber esse ponto na passagem do livro de Maria Áurea:

Tia Genézia namorava um músico, Chico Cândido. A tia Adélia namorava Severino Celestino, também músico. Mas estes eram morenos e tio Henrique não queria nem ouvir falar nessas duas pessoas. Acontecia que o leiteiro levava e trazia cartas de ambos. O leiteiro era o Caçote, irmão de Maria Fernandes. Aconteceu que um dia, à tarde, saíram tia Genézia e tia Adélia e disseram a madrinha Águida: - nós vamos buscar lenha. Madrinha Águida desconfiou. Me chamou para ir para uma casa velha, muito longe dali. Resultado! Quando nós chegamos, estavam elas com os dois namorados, conversando e chupando confeito que os mesmos tinham trazido. Arrumadinho do Caçote. (FERREIRA, 2011, p. 25)

Maria Áurea relata que o tio não gostava dos namorados das irmãs por serem negros, mas que os casais de namorados se encontravam as escondidas, e que o leiteiro levava e trazia as cartas românticas dos casais de namorados. Percebemos as táticas empregadas pelas mulheres, procurando fugir da vigilância que as cercavam, sobre os namoros e passeios.

Os bailes que as “moças respeitáveis” poderiam frequentar eram bailes de aniversário, casamento, de batizado e de formatura, embora mesmo nesses eventos de cunho familiar, a vigilância sobre a mulher não deixasse de imperar.

As festividades religiosas se tratam de uma forma de lazer permitido, não eram necessariamente uma forma de diversão pela questão litúrgica, por sua vez eram em algumas ocasiões vistas com um aspecto de recreação. (SOUZA, 2012). Em Picuí estas eram as festividades aceitáveis pelos grupos dominantes da sociedade, eram também as formas de lazer que eram permitidas as mulheres que eram incentivadas a frequentar o ambiente religioso.

Estes aspectos aparentemente marginais, como a beleza dos pavilhões, suas simpáticas e finas garçonetes, o vestuário dos homens e mulheres de elite, os leilões nos pavilhões, onde o “dinheiro corria fácil,” tinham implicações claras sobre a separação entre elites e populares nos locais de circulação e dentro de certos lugares. (SOUZA, 2006, p. 127)

Eram nestas festividades em que se tornava perceptível também as diferenças de classe de forma clara, como afirma Fábio Gutemberg, onde os habitantes da cidade costumavam trajar as suas melhores vestimentas, principalmente aquelas pertencentes a uma elite econômica local, as mais pobres compravam uma roupa para vestir nas chamadas três festas do ano. Nestas festividades costumava haver recreações como a competição de garçoneiro, normalmente quem competia eram as moças mais abastadas que tinha permissão para tal.

As festividades de carnaval também eram uma tradição da cidade, eram organizadas as festividades em meio ao comércio¹⁰, os blocos, o baile e os concursos. As fantasias eram feitas com vestimentas longas, se tratava de uma festividade mais livre, ligada ao pecado, neste tipo de festividade provavelmente havia uma restrição ainda maior para as mulheres, não havia grandes problemas para uma moça frequentar os festejos de carnaval, mas não eram todas as famílias sejam elas pobres ou mais elitizadas que permitiam que as filhas fossem a esses festejos, ligadas a carne e ao pecado.

Muitas mulheres têm dificuldades em relatar as suas práticas de lazer, principalmente as mais pobres afirmando que o trabalho não lhes sobrava tempo para divertimento ou descansar. Muitas mulheres se apropriam dos discursos morais para provar a dignidade, abnegar das atividades de lazer era honroso para as mulheres e, como já abordado aqui quando praticavam atividades de lazer, se tratava de atividades em pró da família e da religião.

¹⁰Referência ao local em que ficava o mercado central da cidade, uma rua constituída em sua maioria por lojas, em que era realizada a feira da cidade.

Havia uma restrição a dança em algumas famílias, poucas mulheres saiam para dançar, não era apropriado que mulheres tivessem contato físico com homens, as festividades que dançavam eram nas festas de casamento, uma festa de cunho familiar que não feria a moral dos seus frequentadores. O código moral sobre ser uma “moça de família” “mulher que se dá o respeito” fazia com que muitas famílias restringissem as filhas de dançar, no entanto, dançar recaía em uma aplicação de tática investida por muitas mulheres, já que mesmo em locais “respeitáveis” havia um pudor sobre as mulheres em relação à dança.

Figura 6 – Banhos de açude entre os anos de 1950



Fonte:

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em 09/09/2019

A fotografia acima capturada entre os anos de 1940 e 1950, visualizamos os banhos de açude se configurava em uma atividade de lazer praticada pelas mulheres, como podemos perceber na imagem acima. Na imagem, vemos em sua maioria a presença de mulheres e meninas em trajes de banhos e uma menina de vestido, algumas delas parecem posar para a foto. Os banhos de mar e açude das mulheres eram cercados por regras que definiam os trajes de banho, que deveriam ser o mais longo possível e, deveriam ser realizados em horários específicos separado dos homens, como podemos perceber através da fotografia a presença em sua maioria de mulheres.

Na passagem da poesia de Maria Áurea abaixo percebemos também que os banhos de açude se configuravam como uma prática de lazer em Picuí, em certas ocasiões destinadas aos mais abastados, embora os pobres também tomassem banhos de açude, ou de rio nos períodos de enchente.

Os donos desse rio
Faziam seus banheiros
Com folhas de coqueiros
Para sua família se banhar,
Com as mãos cavavam a terra
Faziam caixão com quatro pedras
Parecia água filtrada.
Eu era muito criança
Mas ainda bem me lembro
Quando chegava dezembro
Seus donos renovava eles
Pois ia chegar Janeiro
E a festa do Padroeiro
E também os filhos dele. (FERREIRA, 1996, p.4)

Os festejos do 7 de setembro, era uma comemoração que movimentava a cidade, possibilitando encontros entre homens e mulheres nas ruas, onde é possível observar mulheres acompanhadas de seus filhos observando o desfile.

Figura 7 – Desfile Cívico



Fonte:

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574392518. Acesso em: 31/ 10/2019

Acreditamos que a fotografia a cima foi capturada entre os anos de 1940 e 1950. As festividades cívicas constituem em dias de celebração de nacionalismo e civismo, em um momento em que as mulheres abastadas já frequentavam escolas, cabiam a elas estarem presentes nos desfiles, as outras mulheres também para mostrar o seu civismo ou para prestigiar o civismo dos homens. Era também um momento em que as principais ruas da cidade estavam presentes em uma quantidade equilibrada de homens e mulheres, de diferentes classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narração da própria vida é o testemunho de mãos eloquentes dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.

Ecléa Bosi

Para problematizar nosso objeto de estudo, utilizamos livros de memória, e fotografias de época e da própria historiografia. O que nos proporcionou um contexto significativo em que as narrativas de Maria Áurea são valorizadas pela pesquisa, ao mesmo tempo que provocamos por meio de indagações as lembranças que nos permite uma compreensão ampla sobre o trabalho e as sociabilidades femininas, percebemos os códigos de comportamento, e como as mulheres pobres adentravam no mercado de trabalho. Buscamos valorizar através da memória as narrativas da mulher escritora e trabalhadora, autora do livro analisado por esse trabalho.

Maria Áurea de Araújo Ferreira, a nossa personagem principal, cujas memórias foram o fio condutor desse trabalho, utilizadas com a pretensão de entender o cotidiano da mulher pobre e a forma que adentravam ao mercado de trabalho na infância, as sociabilidades e as táticas investidas pelas mulheres. Percebemos que Maria Áurea mesmo tendo que cumprir longas listas de tarefas na casa do seu tio, ela sentia-se grata pela moradia e por não sofrer maus tratos, aqui vemos que a vida da mulher pobre consiste em sobreviver, procurar por melhores formas de viver em meio à pobreza. Maria Áurea em suas memórias recorda momentos tristes e de dificuldades, mesmo com esses problemas nunca deixou de sonhar, sonhar em ser escritora, em fazer poesia sobre a vida e a cidade onde vive.

No que corresponde a uma historiografia sobre as mulheres e o trabalho, nos deparamos com uma lacuna que vem tentando ser suprida pelos estudos de gênero e de história das mulheres, que abordam a mulher enquanto objeto de estudo. No campo da história, as produções têm se preocupado em abordar a rotina de trabalho das mulheres, como este era organizado para atender os interesses capitalistas, denunciado a exploração do trabalho feminino. Outros se preocupam em abordar ainda as dificuldades sociais das mulheres pobres e as dificuldades que enfrentavam no ambiente de trabalho. Este percurso historiográfico dos estudos sobre a mulher e o trabalho fora importante para pensarmos a relação feminina com o trabalho na cidade de Picuí.

Nossa pesquisa girou em torno do recorte temporal de 1937 a 1950, período marcado por um forte controle dos comportamentos femininos, conduzido por uma moral que relegava

a mulher o espaço doméstico e os conceitos de matrimônio e filhos como requisitos fundamentais para a felicidade feminina, apesar de mulheres pertencentes a elites passarem a adentrar o mercado de trabalho assim como muitas mulheres pobres, estas que são o objeto de nosso estudo, povoar os espaços de trabalho como uma forma de sobrevivência desafiando os ideais conservadores da sociedade em questão, reinventa os seus espaços, embora em muitas ocasiões de forma sutil.

As mulheres que vinham de famílias pobres tinham um destino diferente daquelas mais abastadas. Quando crianças já auxiliavam as suas mães nos trabalhos domésticos ou cuidavam dos irmãos mais novos, eram mulheres que pertenciam a uma estrutura familiar que não condiziam com o padrão da família burguesa e, quando casadas tão pouco poderiam atender os códigos morais impostos pela elite, precisando trabalhar para o sustento dos filhos.

A divisão do trabalho leva em consideração também as diferenças de gênero, percebemos aqui que as mulheres realizavam trabalhos domésticos desde a infância além de auxiliar os pais em outros tipos de trabalhos. Percebemos ainda a dificuldade que algumas mulheres tinham em realizar trabalhos fora do lar, principalmente aqueles trabalhos tidos como de homens que exigem um maior esforço físico, em que as próprias mulheres tinham dificuldades em serem consideradas frágeis e delicadas, características atribuídas ao gênero feminino. A estas era atribuído uma dupla ou tripla jornada de trabalho, em certas ocasiões como uma forma de conciliação das tarefas levavam os filhos para o trabalho, percebemos também a responsabilidade feminina em função dos filhos.

As mulheres eram postas sob uma rede de vigilância que controlavam os seus passos, mas que não as controlavam por completo. As mulheres se permitiam experimentar sonhar e ter esperanças. As mulheres pobres tinham em parte o destino traçado por fatores como a pobreza e os comportamentos a elas exigidos, no entanto podemos perceber no decorrer da pesquisa que as mulheres forjavam as suas vivências muito além daquilo que esperavam delas, aplicavam táticas e astúcias em meio às estratégias.

Chegamos ao fim desse texto com conclusões sólidas a respeito do trabalho e das formas de vigilância e de práticas femininas, mas também nos é certo o sentimento inquietante de um inalcançável acesso por completo a memória, acreditamos que esse é o sentimento que muitos outros pesquisadores que se utilizam da memória em seus estudos sentem, já que a memória é um elemento infinito, do qual temos que nos contentar em registrar um fragmento.

No entanto nos é necessário ler, ouvir e interpretar as memórias femininas a cerca do trabalho ainda mais, de forma que essa pesquisa não termina aqui, esta será retomada em

breve, com o intuito de dar prosseguimento ao tema, valorizando as memórias femininas a cerca do trabalho invisível que prestaram, é dizendo isso que assumimos as lacunas presentes nesse trabalho, as quais buscaremos suprir em pesquisas futuras.

FONTES

1.1. Fontes impressas utilizadas

FERREIRA, Maria Áurea de Araújo. **História da Vida de Henrique de Araújo Costa**. João Pessoa: Sal da Terra Editora – 2011.

Raízes do Passado. Picuí, PB: 1996

1.2. Sites consultados

https://www.facebook.com/PicuiMinhaTerra/photos_albums?sk=wall&lst=100011733781265%3A100005125420618%3A1574007207

REFERÊNCIAS

- AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. **Picuí do Seridó século XX**, vol. 1, 1900 – 1950. João Pessoa: A União, 2014.
- ARAUJO, Francisca Pereira. **Tecendo memórias, fazendo histórias: mulheres e trabalho têxtil em Campina Grande – PB entre 1960 e 1990**. 2015. (mestrado em Cultura e Cidades). - Faculdade de História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho Escola e Lazer. (In). PINSKY. Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2012. p. 65-82.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-233.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 17 a. ed. Companhia das letras: São Paulo, 2012.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer; 13. Ed.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2007.
- _____ **A invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar; 7. Ed.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 no século XX**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pósgraduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.
- FILHO, Severino Cabral. **A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História**. Campina Grande: EDUFPG, 2009.
- FONSECA. Cláudia. Ser Mulher, mãe e pobre. (In) PRIORI, Mery Del. (org) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. 1. Ed.; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- KOSSOY, Boris. **O paradigma da fotografia**. Seminário de Fotografia. Chile, 19 ago 2009. Disponível em: http://boriskossoy.com/wp-content/uploads/2014/11/paradigma_pt.pdf. Acesso em: 12 Jul. 2019.

LE GOOF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOBATO, Vivian da Silva. **Educação, Memória e História**: Possíveis enlaços. Revista Margens Interdisciplinar – ISSN: 1982-5374. UFPA. - Campus Universitário de Abaetetuba - Editora Campus de Abaetetuba. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2706>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATOS, Maria Izilda. BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. (In). PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2012. p. 126–146.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem**: Fotografia e História Interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol.1, nº. 2, 1996, p.73-98. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 18 Mai. 2019.

MAUAD, Ana Maria. RAMOS, Itan Cruz. **Fotografias de Família e os Itinerários da Intimidade na História**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 30, P. 155-178. Disponível em: <file:///D:/Downloads/795-Texto%20do%20artigo-1656-1-10-20170601.pdf>. Acesso em: 29 Jun. 2019.

MIGUEL, Raquel de Barros. RIAL, Carmen. Programa de Mulher. (In). PINSKY, Claudia Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2012. p. 148-166.

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí** (Esboço histórico). Brasília: CENEC, 1981.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27. nº 53, junho de 2007.

_____ **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**; tradução Angela M.S. Côrrea. – 2. Ed., 6ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2019.

_____ **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ Os silêncios do corpo da mulher. In. MATOS, Maria Izilda S. De; SOIHET, Rachel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

Práticas da memória feminina. A mulher e o espaço público, Revista Brasileira de História 18, ANPUH/ Marco Zero, 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. (In) PRIORI, Mery Del. (org) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 607-639

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCOTT. J.W. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol.20,n. 2. Jul./dez.1995.

SILVA, Josimere Fires da. **Fotopintura: Retrato e Restauração de Vidas em Campina Grande (1950-1970).** 2015. (graduação em História). – Faculdade de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30.; SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...].** Recife: Associação Nacional de História, 2019. Tema: História e o futuro da educação no Brasil. NASCIMENTO, Bruno Nery do. **Mulheres, Trabalho e Relações de Gênero no Recife (1922 – 1926):** Conquistas e Desafios. ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30.; SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife. **Anais [...].** Recife: Associação Nacional de História, 2019. Tema: História e o futuro da educação no Brasil. REIS, Meire Lúcia Alves dos. **As Mulheres Negras trabalhadoras em Salvador entre 1888 e 1916.** ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

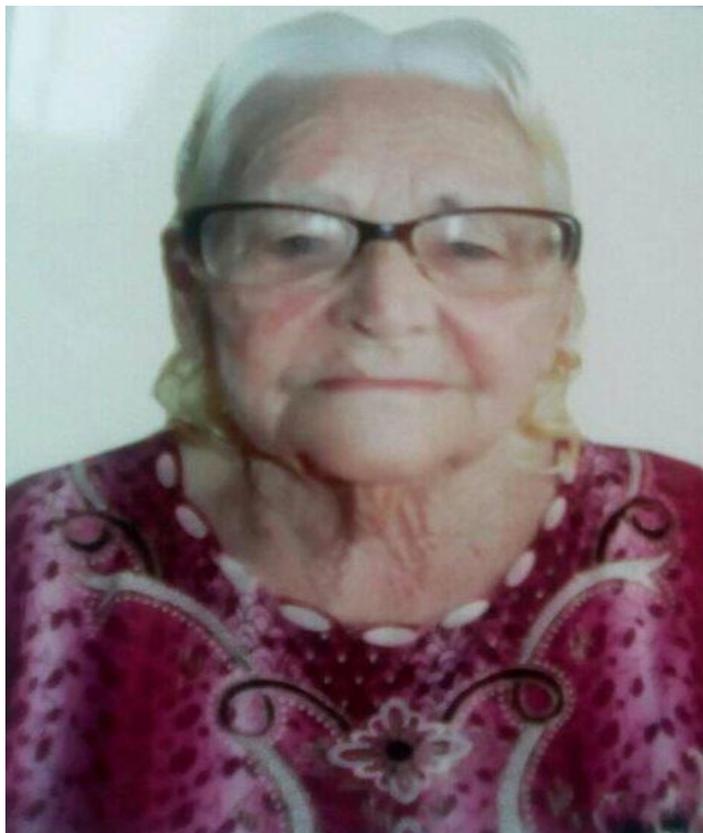
SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e violência no Brasil Urbano. (In) PRIORI, Mery Del. (org) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 362-400

SOUSA, Fábio Gutemberg. **Territórios de Confrontos:** Campina Grande 1920- 1945. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945). Cadernos Pagu (24), Janeiro-Junho de 2005, PP. 153-174. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a08.pdf>

SOUZA, Clarindo Barbosa de. FALCÃO, Luiz Felipe. **Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea.** Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **lazer, prazer e dor em Campina Grande nas décadas de 1940 e 1950.** Revista Especialidades [online]. 2012, v. 5, n.4. ISSN 1984-817x.

ANEXO A – PERFIL**MARIA ÁUREA DE ARAÚJO FERREIRA**

É uma mulher picuiense, autora do livro *História da vida de Henrique de Araújo Costa* analisado por esse trabalho, escreve poesias para eventos e amigos, contando com 13 cadernos completos de poesia.